

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-Graduação em Administração Mestrado

RENATA FANTIN CAETANO

**BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a
segurança pública em uma penitenciária feminina mineira**

Belo Horizonte

2024

RENATA FANTIN CAETANO

BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a segurança pública em uma penitenciária feminina mineira

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues

Área de concentração: Organização e Estratégia.

Linha de pesquisa: Relações de Poder e Dinâmica das Organizações.

Temática: Gestão Pública e Sociedade.

Belo Horizonte

2024

CAETANO, Renata Fantin

C128b

Biopolítica: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a segurança pública em uma penitenciária feminina mineira. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.

89 p.

Orientador: Dr. Raphael Silva Rodrigues

Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.

1. Biopolítica - Relação de poder - Educação - Segurança Pública - Ressocialização
I. Renata Fantin Caetano II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título

CDD: 658. 370

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em
ADMINISTRAÇÃO

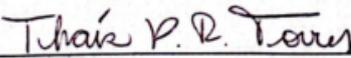
Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

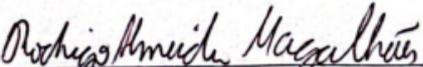
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **RENATA FANTIN CAETANO** REGISTRO Nº. 775 No dia 03/10/2024 às 14:00 horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado "**BIOPOLÍTICA: A Ressocialização e a Relação de Poder entre a Educação e a Segurança Pública em uma Penitenciária Feminina Mineira**". Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **RAPHAEL SILVA RODRIGUES**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADA**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

03/10/2024


Prof. Dr. RAPHAEL SILVA RODRIGUES
Centro Universitário Unihorizontes


Profª, Drª. THAIS PINTO DA ROCHA TORRES
Centro Universitário Unihorizontes


Prof. Dr. RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES
PUC/MG

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada

**BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a
segurança pública em uma penitenciária feminina mineira**

,

orientada pelo Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues,

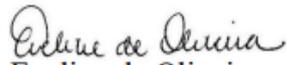
apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro
Universitário Unihorizontes, de autoria de **Renata Fantin Caetano**.

.

ITENS DA REVISÃO

- Correção gramatical e ortográfica
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2024


Eveline de Oliveira
Registro MEC LP-4044

Dedico este trabalho à educação, por eu ser utopista a ponto de tentar construir um mundo
melhor através do ensino.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar oportunidade, sabedoria, força, determinação e as condições necessárias para superar as dificuldades surgidas no decorrer desta trajetória.

À minha mãe, Rosella, por ser meu porto seguro, por ser minha “pãe” e oferecer, durante toda a minha vida, educação para que eu tivesse condições de crescer. Quem sou devo a ela.

Ao meu filho, Marcelo, por ser minha luz, por me dar forças diariamente para acordar e tentar fazer um mundo melhor. O melhor presente que Deus me deu.

Aos meus avós, Guido (*in memoriam*) e Muna (*in memoriam*), que foram os melhores avós do mundo. O Babbo me ensinando a honestidade e a pureza do coração. A vovó me ensinando sobre a vida, principalmente quando dizia que “todo ser humano precisa perder o juízo de vez em quando para não perder a sanidade, mas precisa ter responsabilidade para assumir seus atos”.

À minha família, por estar sempre ao meu lado em todas as situações da minha vida. Minha irmã, Cláudia; minha sobrinha, Juliana; minha afilhada, Bruna; meus tios, Bruno, Carla, Cristina, Gabriel (*in memoriam*), Lucilla e Pêrsio; meus primos, André, Iara, Izabella, Rafaella, Raianna e Roberto, e às alegrias recentes, Lotus e Pietra.

Ao Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues, por me acolher no final da escrita do projeto de mestrado e, mesmo assim, ter me orientado com profissionalismo, paciência, dedicação e carinho.

À Prof^a. Dr.^a Caissa Veloso e Sousa, por fazer parte do início do meu mestrado e da minha escrita, me passando seus conhecimentos.

Ao Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira, por ter me orientado em alguns momentos, mesmo não tendo ligação com meu projeto. Agradeço-lhe também pela amizade construída e os momentos de descontração que passamos juntos.

Aos professores e colegas do mestrado, por me apoiarem e descobrirem, junto comigo, inúmeros conhecimentos, sendo, para mim, principalmente, os pensamentos enlouquecedores de Foucault. Agradeço, principalmente, ao grupo com o qual sempre fiz os trabalhos e acabamos por construir uma amizade, Dani, Norma e Pedro. Também agradeço aos amigos Felipe e Max, pelo companheirismo, deixando o dia a dia mais leve.

Aos colegas do trabalho, principalmente às amigas Luana, Luciana e Mônica, por me apoiarem, por trabalharem comigo em equipe, fazendo a Escola brilhar sempre, mesmo em meus momentos de cansaço causados pelo mestrado.

Ao psicólogo Heitor, por me ajudar a ressignificar a vida.

Aos meus amigos por participarem da minha vida com carinho e por entenderem minhas ausências neste período e ao Plínio, por me escutar praticamente todos os domingos falando dos meus estudos enquanto escrevia.

À Michelle a quem, mesmo estando distanciada de mim, agradeço, por ter me incentivado e encorajado a fazer o mestrado.

À Superintendente da Educação, Rosa por, nos momentos em que fizemos disciplinas juntas, ter se feito colega, agindo como igual e me deixando à vontade para apresentar meus trabalhos e ser simplesmente aluna.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio do Projeto Trilhas Educadores, o apoio para a realização da pesquisa.

A todos que, mesmo indiretamente, fizeram parte desse momento.

RESUMO

O Brasil é o país com o terceiro maior número de encarcerados. Do total dessa população brasileira restrita de liberdade, 42,5% são pessoas que reincidiram no crime entre os anos de 2010 e 2021. Para que esse número diminua, é necessário um processo de ressocialização de qualidade, que pode ser oferecido por meio da educação no interior dos presídios. Assim, este estudo situado na área de concentração Organização e Estratégia, inserida na linha de pesquisa Relações de poder e dinâmica das organizações, foi realizado com o objetivo de analisar a ressocialização por meio da educação, permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica, em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais. Constituíram os objetivos específicos a) identificar e analisar as relações de poder existentes no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais; b) identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina e c) analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais. Como referencial teórico, essa pesquisa contemplou os temas biopolítica; educação no cárcere e a ressocialização e as relações de poder entre a educação e a segurança. O estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, natureza social, finalidade fundamental, sendo etnográfica e bibliográfica, constituindo um estudo de caso. Trata-se de um estudo investigativo em que se pretendeu compreender como se dá a ressocialização por meio da educação permeando entre a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica, segundo a percepção das alunas que se encontram privadas de liberdade, dos docentes e dos servidores da segurança pública inseridos em uma penitenciária feminina de Minas Gerais, de forma triangulada, sendo os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Além disso, foi empregada a técnica de observação participativa. Para a análise de dados foi aplicada a análise de conteúdo combinada com a análise de discurso, em uma abordagem crítica. Em relação à análise de dados e aos resultados, foi possível identificar que, apesar de a oferta de ressocialização acontecer, não alcança a todas as reclusas, pois o contingente de pessoas trabalhando no cárcere é mínimo para atender a todas, no intuito de ressocializá-las. A educação na penitenciária se assemelha à educação fora do cárcere, mas com normas de segurança a serem seguidas. Ao mesmo tempo, fornece à IPL o desenvolvimento de habilidades e competências para que, após o cumprimento da pena, ela encontre maiores oportunidades de trabalho. Em relação à relação de poder existente entre segurança e educação no ambiente pesquisado, é difícil inferir com exatidão sobre como ela se dá, e concluir que a segurança se sobrepõe à educação, prejudicando-a. As relações de poder existem, algumas vezes no intuito de fazer as coisas funcionarem bem, visando atingir o bom funcionamento e a garantia dos direitos de todos os lados; em outras situações pela resistência de servidores à gestão e, ainda, em outras situações, pelo simples fato de alguns servidores não terem a necessária postura para o sistema e, ainda assim, continuarem trabalhando no interior da penitenciária. É o exercício da biopolítica produzindo e reproduzindo a vida nas relações de poder exercidas pelo sistema político. É a “luta entre poder e resistência”.

Palavras-chave: Biopolítica. Relação de poder. Educação. Segurança Pública. Ressocialização.

ABSTRACT

Brazil is the country with the third largest number of incarcerated people. Of the total Brazilian population restricted from freedom, 42.5% are people who reoffended between 2010 and 2021. In order to reduce this number, a quality resocialization process is necessary, which can be offered through education within prisons. Thus, this study, located in the area of concentration Organization and Strategy, inserted in the research line Power relations and dynamics of organizations, was carried out with the objective of analyzing resocialization through education, permeating the power relationship between school and public security from the perspective of biopolitics, in a women's prison located in Minas Gerais. The specific objectives were a) to identify and analyze the power relations existing in the prison environment in a women's prison located in Minas Gerais; b) to identify the forms of resocialization existing in a women's prison unit; and c) to analyze how education takes place in a school inserted in a women's prison unit in Minas Gerais. As a theoretical framework, this research contemplated the themes of biopolitics; education in prison and resocialization; and the power relations between education and security. The study is characterized as a descriptive research, with a qualitative approach, social nature, fundamental purpose, being ethnographic and bibliographic, constituting a case study. It is an investigative study in which the aim was to understand how resocialization occurs through education permeating the power relations of the school and public security from the perspective of biopolitics, according to the perception of students who are deprived of liberty, teachers and public security employees inserted in a women's penitentiary in Minas Gerais, in a triangulated manner, with the data collected through semi-structured interviews. In addition, the participatory observation technique was used. Content analysis combined with discourse analysis was applied to data analysis, using a critical approach. Regarding data analysis and results, it was possible to identify that, although the resocialization offer is available, it does not reach all inmates, since the number of people working in the prison is too small to meet the needs of all inmates, with the aim of resocializing them. Education in the penitentiary is similar to education outside of prison, but with safety standards that must be followed. At the same time, it provides the IPL with the development of skills and competencies so that, after serving their sentence, they can find greater job opportunities. Regarding the power relationship between security and education in the researched environment, it is difficult to infer exactly how it occurs, and to conclude that security takes precedence over education, harming it. Power relations exist, sometimes with the aim of making things work well, aiming to achieve good functioning and guarantee the rights of all sides; in other situations due to the resistance of civil servants to management and, in still other situations, due to the simple fact that some civil servants do not have the necessary attitude towards the system and, even so, continue to work inside the penitentiary. It is the exercise of biopolitics producing and reproducing life in the power relations exercised by the political system. It is the “struggle between power and resistance”.

Keywords: Biopolitics. Power relationship. Education. Public Security. Resocialization.

RESUMEN

Brasil es el tercer país con mayor número de presos. Del total de la población brasileña restringida de la libertad, el 42,5% son personas que recayeron en la delincuencia entre 2010 y 2021. Para que este número disminuya, es necesario un proceso de resocialización de calidad, que puede ofrecerse a través de la educación dentro de las cárceles. Así, este estudio ubicado en el área de concentración de Organización y Estrategia, inserto en la línea de investigación Relaciones de poder y dinámica de las organizaciones, se realizó con el objetivo de analizar la resocialización a través de la educación, permeando la relación de poder entre la escuela y la seguridad pública desde la educación. biopolítica, en un centro penitenciario de mujeres ubicado en Minas Gerais. Los objetivos específicos fueron a) identificar y analizar las relaciones de poder que existen en el ambiente penitenciario de una penitenciaría de mujeres ubicada en Minas Gerais; b) identificar las formas de resocialización que existen en una unidad carcelaria femenina y c) analizar cómo se desarrolla la educación en una escuela ubicada en una unidad carcelaria femenina de Minas Gerais. Como referente teórico, esta investigación incluyó temas biopolíticos; educación en prisión y resocialización y relaciones de poder entre educación y seguridad. El estudio se caracteriza por ser una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo, de carácter social, propósito fundamental, siendo etnográfico y bibliográfico, constituyendo un estudio de caso. Se trata de un estudio investigativo cuyo objetivo fue comprender cómo se da la resocialización a través de la educación, permeando la relación de poder de la escuela y la seguridad pública basada en la biopolítica, según la percepción de los estudiantes privados de su libertad, de los docentes y de la seguridad pública. empleados que trabajan en una penitenciaría de mujeres en Minas Gerais, de forma triangulada, con datos recolectados a través de entrevistas semiestructuradas. Además, se utilizó la técnica de observación participativa. Para el análisis de los datos se aplicó el análisis de contenido combinado con el análisis del discurso, en un enfoque crítico. En relación al análisis de datos y resultados, se pudo identificar que, si bien la oferta de resocialización se realiza, no llega a todos los internos, ya que el número de personas que trabajan en el penal es mínimo para atender a todos, con el objetivo de resocializar. ellos. La educación en prisión es similar a la educación fuera de prisión, pero con normas de seguridad que deben seguirse. Al mismo tiempo, proporciona al IPL el desarrollo de habilidades y competencias para que, tras cumplir la condena, pueda encontrar mayores oportunidades laborales. En relación con la relación de poder entre seguridad y educación en el entorno investigado, es difícil inferir exactamente cómo ocurre y concluir que la seguridad se superpone con la educación, perjudicándola. Las relaciones de poder existen, a veces con la intención de hacer que las cosas funcionen bien, con el objetivo de lograr un buen funcionamiento y garantizar los derechos de todas las partes; en otras situaciones por la resistencia de los empleados a la dirección y, en otras situaciones, por el simple hecho de que algunos empleados no tienen la actitud necesaria hacia el sistema y, aun así, continúan trabajando dentro del centro penitenciario. Es el ejercicio de la biopolítica produciendo y reproduciendo vida en las relaciones de poder que ejerce el sistema político. Es la “lucha entre el poder y la resistencia”.

Palabras-clave: Biopolítica. Relación de poder. Educación. Seguridad Pública. Resocialización.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação de poder	16
Figura 2	Pátio	56
Figura 3	Educação no cárcere na visão de alunas	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados Quantitativos por temas nas bases de dados Scielo, Capes e Spell	23
Tabela 2	Turmas existentes na escola pesquisada	27
Tabela 3	Escolas no sistema prisional mineiro	36
Tabela 4	Categorias de análise	48
Tabela 5	Turmas existentes na escola pesquisada	50
Tabela 6	Objetivo do cárcere	51
Tabela 7	Significado de ressocialização	53
Tabela 8	Formas de ressocialização	54
Tabela 9	O que a escola ajuda no dia a dia	58
Tabela 10	Escola e ressocialização	59
Tabela 11	Educação no cárcere	60
Tabela 12	Procedimentos de segurança	63
Tabela 13	Trabalho docente	64
Tabela 14	Relação da segurança com a educação	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cesec	Centros Estaduais de Educação Continuada
DEP	Diretoria de Ensino e Profissionalização
Diem	Diretoria de Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Infopen	Informações Penitenciárias
IPL	Interno privado de liberdade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PrEsp	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
SciElo	Scientific Electronic Library Online
SEE - MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Sejusp - MG	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais
Spell	Scientific Periodicals Electronic

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentação do tema	15
1.2 Problema e questão central da pesquisa	17
1.3 Objetivos	19
<i>1.3.1 Objetivo geral</i>	<i>19</i>
<i>1.3.2 Objetivos específicos</i>	<i>19</i>
1.4 Justificativa	20
1.5 Adequação à linha de pesquisa	24
2 AMBIÊNCIA	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO	29
3.1 Biopolítica	29
3.2 Educação no cárcere e a ressocialização	33
3.3 Relações de poder entre a educação e a segurança	37
4 METODOLOGIA	42
4.1 Classificação e delineamento da pesquisa	42
4.2 Universo amostral / objeto de estudo	43
4.3 Sujeitos da pesquisa	43
4.4 Coleta de dados	44
4.5 Análise e interpretação dos dados	45
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	47
5.1 Categorias de análise	47
5.2 Caracterização dos sujeitos e campo da pesquisa	49
5.3 Ressocialização	51
5.4 Educação no cárcere	55

5.5 Biopolítica: relação de poder existente no ambiente prisional	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	83
APÊNDICE B - ENTREVISTAS	85
APÊNDICE C - DEPOIMENTO DA PESQUISADORA	86
ANEXO I - DECLARAÇÃO PARA SERVIDOR EM EXERCÍCIO NAS UNIDADES DE ENSINO INSERIDAS NAS UNIDADES PRISIONAIS	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Para que se entenda o tema de pesquisa, faz-se necessário abordar brevemente o histórico das punições dos crimes no Brasil. As penitenciárias surgiram no Brasil no século XIX, a partir dos modelos das prisões dos Estados Unidos e da Europa. Desde então, as punições passaram a seguir o Direito Penal e, posteriormente, o Código Criminal brasileiro de 1830, passando dos castigos físicos para a privação de liberdade dos indivíduos que cometessem crimes (Foucault, 2014; Neves de Oliveira e Silva & Fonseca-Silva, 2013).

Com essa nova modalidade de punição, a educação escolar inserida nas penitenciárias brasileira passou a dar indícios de funcionamento na Casa de Correição da Corte, ainda no século XIX. A partir de então, a educação nos presídios foi criando forma (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a; Duarte & Sivieri-Pereira, 2018b). A Constituição Federal de 1988 determinou a forma de tratamento que deve ser oferecida ao interno privado de liberdade (IPL). Dessa maneira, o oferecimento, pelo Estado, de educação nas prisões tornou-se obrigatório, sendo garantido aos encarcerados o direito a frequentar, estudar e concluir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (de Maeyer, 2006).

Partindo dessa premissa, ressalta-se que a educação no ambiente prisional não é um privilégio oferecido ao IPL, mas sim um direito constitucional, garantido aos encarcerados. A educação é uma política pública do Estado que propicia ao ser humano aprisionado a libertação de pensamentos, construindo saberes e habilidades e delineando sua vida em sociedade, sendo participe dela como cidadão. Assim, a educação é parte necessária do processo de reintegração à sociedade do recuperando recluso (de Maeyer, 2006; Teixeira, 2007).

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Brasil tem o terceiro maior número de pessoas encarceradas, em comparação com os demais países. Dessa população brasileira restrita de liberdade, 42,5% são pessoas que, depois de pagarem suas penas e ganharem a liberdade, reincidiram na atividade criminosa entre os anos de 2010 e 2021, voltando ao regime prisional (Fonseca et al., 2022).

Assim, segundo Baratta (1999), os presídios, ao contrário do exposto na legislação, não oferecem condições de ressocialização, pois, para que aconteça a reintegração do sujeito à sociedade, é necessária a compreensão de um composto a partir da junção de todos os setores sociais envolvidos no processo, como a unidade prisional, a sociedade, a família, a igreja, as empresas, a escola e o próprio indivíduo. Há uma discrepância entre como funciona o sistema

prisonal e a normativa da ressocialização, sendo o dia a dia no interior dos presídios diferente do que determinam as legislações penais (Dick, 2021).

Para um processo de ressocialização de qualidade, é necessária a adoção de métodos integrados entre o Estado, a família, a segurança pública, os empresários, a educação e o próprio recluso de liberdade, possibilitando a recuperação social do apenado, compreendendo a promoção de medidas integradas que contribuam para o seu retorno ao convívio com a sociedade (Nery Junior & Nery, 2009). Sendo assim, para propiciar a ressocialização é preciso pensar em um problema de difícil solução, que se pode chamar de problema perverso, envolvendo as relações de poder da sociedade como um todo (Foucault, 2014).

Figura 1

Relação de poder



Na Figura 1 ilustra-se como as normas de segurança pública e o atendimento educacional nas penitenciárias se relacionam. Observa-se que o poder é exercido sobre os dois pilares e um sobre o outro, na perspectiva da biopolítica, visando à tentativa de ressocializar as pessoas que passaram pela privação de liberdade (Mota, 2022; de Araújo & Gouveia, 2016).

De acordo com Foucault (2014), a biopolítica deve ser entendida como a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos como população. Entre outros, cabe apontar a saúde, a higiene, as taxas de natalidade, a longevidade, o sexo e a raça. A sociedade é dirigida pela biopolítica em suas relações de poder, em que a gestão do comportamento de cada indivíduo é moldada por meio de uma normalização imposta e a maneira como cada indivíduo reage a essa imposição, se adequando ou resistindo (Foucault, 2014).

A biopolítica se utiliza de tecnologias para produzir e reproduzir a vida em suas relações de poder exercidas pelo sistema político; é a “luta entre poder e resistência” (Mota, 2022, p. 494). Acrescenta-se que a subjetividade dos indivíduos é determinada pelos entrelaçamentos de saberes e poderes, em que resistem ao que lhes é imposto de diversas formas (Mazzocchini, 2020).

Essa ótica de análise, que considera os problemas de difícil solução, é analisada por meio do campo da biopolítica, discorrendo sobre as relações de poder e a gestão da conduta dos indivíduos em sociedade por meio de uma normalização (Mota, 2022). A partir desta premissa, nesta pesquisa analisam-se a ressocialização e a relação de poder existente entre a educação e a segurança pública por meio da biopolítica (de Araújo & Gouveia, 2016).

1.2 Problema e questão central da pesquisa

No último século, a taxa de encarceramento aumentou significativamente no mundo, especificamente na França, na Itália, na Bélgica, na Inglaterra, na Suécia, na Holanda, nos Estados Unidos e na América Latina¹. Esse crescimento tornou os ambientes carcerários superlotados, tornando-se difícil atender a toda a população encarcerada, em relação às ofertas de oportunidades de ressocialização, ao tratamento digno ao ser humano e às estratégias para se evitar a ociosidade do indivíduo no cumprimento de sua pena, fazendo com que as prisões cumpram apenas o papel de “guardar” essa parte da população (Wacquant, 2015).

É notório que o cumprimento da pena pelo criminoso é necessário, mas, além disso, existe a necessidade de esforços visando à reeducação social do apenado para que ele possa voltar à sua vida em liberdade de maneira digna e produtiva (de Maeyer, 2006). O processo de ressocialização envolve as ações e os métodos do Estado, da comunidade prisional, da família e da pessoa privada de liberdade, visando à sua recuperação social (de Maeyer, 2006), sendo a educação importante para o aprendizado de habilidades, valores e conceitos (Freire, 1987). O IPL que atingir a educação básica completa terá maiores oportunidades de se reinserir na sociedade, com mais oportunidades de empregos e de vida em comunidade (de Maeyer, 2006).

¹ “A expansão carcerária é uma ampla e profunda tendência que atinge tanto o Primeiro Mundo quanto o Segundo Mundo: no quarto de século que se seguiu à publicação de *Vigiar e Punir*, a taxa de encarceramento na França, na Itália e na Bélgica duplicou, quase triplicou na Inglaterra, na Suécia e na Holanda, e quadruplicou nos Estados Unidos. Ela também cresceu espetacularmente na América Latina, quando o continente fazia a “dupla transição” para a democracia eleitoral e para o mercado global, e irrompeu na Europa Oriental após o colapso do império soviético. Após a explosão fundacional do século XVII e da consolidação do século XIX, a virada do século atual pode ser classificada como a terceira “era do confinamento” que o penologista Thomas Mathiesen (1990) previu por volta de 1990.” (Wacquant, 2015, p. 13)

Vê-se que a educação faz parte do processo de ressocialização, sendo oferecida pelo Estado com a participação de diversos atores envolvidos (de Maeyer, 2006). Assim, os dispositivos biopolíticos se integram e objetivam transformar o sujeito restringido de liberdade em um corpo dócil, produtivo e útil à sociedade (Foucault, 2014).

O dispositivo disciplinar objetiva controlar o corpo de acordo com as regras sociais, ressocializando o indivíduo; o dispositivo de seguridade visa regular a sociedade, retirando o criminoso do convívio com as demais pessoas, e o dispositivo legal visa estabelecer “o certo e o errado” por meio das leis (Souza et al., 2019).

Os dispositivos biopolíticos se conectam e visam transformar o sujeito em um corpo dócil; quanto mais o corpo é disciplinado, mais ele é considerado dentro da razão e apto a viver em comunidade (Souza et al., 2019). O poder aparece como uma prática social de controle dos corpos, em que somente aquele que aceita ser “moldado”, se enquadrando nas normativas legais, está apto a viver em sociedade, não se aceitando o “diferente”. Nesse sentido, percebe-se que, ainda hoje em dia, o cárcere é uma forma de punição e não de ressocialização, como preveem as legislações (Foucault, 2014).

Em contrapartida, a educação no contexto prisional visa contribuir para a redução da reincidência criminal, pois um dos seus papéis é quebrar o ciclo de violência e, respectivamente, a reinserção na sociedade (Behan, 2021). Mas, a dinâmica de transformação de pensamento que ocorre nas escolas inseridas no sistema prisional enfrenta desafios, como falta de recursos pedagógicos e restrições de segurança, dificultando a promoção da ressocialização. Além disso, a ausência de oportunidades no período pós-cárcere e a estigmatização social são obstáculos para que a educação no interior das prisões ofereça um pensamento de esperança aos internos e internas, na busca por uma ressocialização bem-sucedida (Grace, 2021).

Além dessas questões, esta pesquisa, por ter sido realizada em uma escola inserida em uma unidade prisional feminina, traz particularidades da vida de mulheres no cárcere. Grande parte das internas privadas de liberdade tem baixa escolaridade, viveram, antes do cárcere, situações de vulnerabilidade social e sofreram violência de gênero (de Gracia Paiva, 2017).

Os crimes mais comuns que levam mulheres ao cárcere feminino são tráfico de drogas, porte ilegal de armas, estelionato, furto, roubo e receptação. Há também condenadas por crimes mais violentos, como homicídios, mas são menos frequentes. Muitos desses crimes são cometidos por mulheres que assumem “os negócios” do parceiro ou que os ajudam nas suas atividades ilegais. Em algumas situações, elas, até mesmo, atentam contra o parceiro ao tentarem se proteger, mas de maneira ilegal (de Gracia Paiva, 2017).

Na sociedade brasileira, as mulheres ainda são vistas como seres humanos de quem se esperam comportamentos dóceis e maternais; assim, aquelas que cometem crimes são tidas como delinquentes. As mulheres em regime de privação de liberdade convivem com sua própria delinquência e a de outras mulheres, enquanto o sistema utiliza o poder para reconstruir comportamentos adequados à sociedade (de Gracia Paiva, 2017). Suas famílias e companheiros, muitas vezes, a abandonam, o que faz com que, além de a pena a ser cumprida em privação de liberdade, ainda sintam o abandono (Teodoro & Lisboa, 2018).

Para se chegar a um possível entendimento do percurso dessas mulheres encarceradas na direção de sua reinserção na sociedade, o problema de pesquisa do presente trabalho se resume no seguinte questionamento como se dá a ressocialização, por meio da educação, permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública, a partir da biopolítica, em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais?

1.3 Objetivos

Para responder ao problema de pesquisa, construíram-se os objetivos geral e específicos descritos em seguida.

1.3.1 *Objetivo geral*

De forma geral, objetivou-se analisar a ressocialização por meio da educação, permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública, a partir da biopolítica, em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais.

1.3.2 *Objetivos específicos*

Nesta pesquisa, os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional, em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais;
- b) identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina;
- c) analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais.

1.4 Justificativa

Esta pesquisa foi realizada em uma escola estadual inserida em uma penitenciária feminina de Minas Gerais. Por atender ao público feminino que cometeu crimes, tem suas especificidades, pois a sociedade brasileira, de maneira geral, considera que as mulheres são pessoas dóceis e maternais, e, assim, aquelas que cometem crimes são vistas como delinquentes. Grande parte dessas mulheres encarceradas é abandonada por suas famílias e companheiros, o que faz com que, além de a pena a ser cumprida em privação de liberdade, elas ainda sejam penalizadas pelas pessoas a quem amam (Teodoro & Lisboa, 2018). Teodoro e Lisboa (2018) acrescentam a este cenário as questões de higiene íntima nas penitenciárias femininas como um fator a ser melhorado pelas políticas públicas.

Pessoalmente, o tema e o ambiente em que ele se insere me instigam porque, atualmente, exerço o cargo de diretora de uma escola localizada no interior da penitenciária pesquisada. Assim, lido diretamente com a questão da ressocialização por meio da educação oferecida às mulheres privadas de liberdade e as relações de poder existentes nesse ambiente.

A ressocialização é obtida por meio da intervenção positiva na vida e no modo de pensar do interno privado de liberdade. Ao sujeito ressocializado são permitidas a reintegração e a participação na sociedade, de maneira digna e produtiva, como um corpo dócil, isto é, como um corpo que seja útil economicamente e capaz de viver em harmonia com seus pares (Foucault, 2014; Molina, 2008).

Nesse contexto, é possível afirmar que a educação, o trabalho e a saúde no interior das prisões têm o papel de proporcionar à pessoa privada de liberdade maiores oportunidades de trabalho após o cumprimento de pena (Vieira, 2011). Contudo, questiona-se se essa ressocialização realmente acontece na prática, em vista da relação entre os dispositivos de poder da educação e da segurança em funcionamento no mesmo espaço físico (Teodoro & Lisboa, 2018).

O método de ressocialização é considerado, por Pereira (2012), como frágil, pois a legalidade que existe atualmente entra em atrito com a prática exercida nos presídios, e o retorno de criminosos ao cárcere acontece com frequência, o que torna questionável a qualidade do sistema penal (UNODC, 2018). As propostas públicas que objetivam proporcionar a ressocialização das pessoas privadas de liberdade têm o intuito de diminuir a reincidência no crime, proporcionar a conquista da dignidade do apenado por meio de políticas que oferecem a educação, a qualificação profissional e a conscientização psicológica e social (UNODC, 2018).

De acordo com o conceito proposto Sarlet (2001), que procurou condensar alguns dos pensamentos mais utilizados para a definição do conceito de dignidade da pessoa humana, pode-se afirmar que ela é

[...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem à pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venha a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (Sarlet, 2001, p. 60).

Visto dessa forma, a pessoa privada de liberdade que compreende e aceita o que lhe é instituído no cárcere apreende o necessário para viver na sociedade (de Maeyer, 2006). Reeducação das pessoas privadas de liberdade é uma tarefa pedagógica em que é importante o processo de transmissão de conhecimentos, habilidades e convívio com os demais, capazes de trazer ao sujeito uma realidade social alternativa melhor do que aquela em que vivia anteriormente e que ocasionou atitudes que o levaram ao mundo do crime e ao posterior cárcere (de Maeyer, 2006).

Pode-se conectar a ressocialização das pessoas privadas de liberdade aos dispositivos biopolíticos, que visam transformar o sujeito delinquente em um corpo dócil e disciplinado (Souza et al., 2019). O poder aparece no cárcere como uma prática social de modulação do indivíduo para que ele seja capaz de se reintegrar à sociedade. Assim, nesta pesquisa analisa-se esse poder exercido pelo Estado e as relações de poder entre segurança, educação e internas privadas de liberdade existentes no interior de uma penitenciária feminina mineira (Foucault, 2014).

Veem-se, hoje, inúmeras pesquisas isoladas em relação à ressocialização, à educação no cárcere, à segurança pública e à biopolítica. Mas, por meio de busca ativa por publicações científicas acerca do tema, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Scientific Periodicals Electronic (SPELL), com os descritores ressocialização, educação no cárcere, segurança pública e biopolítica, não foram encontradas pesquisas referentes ao conjunto “ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica”, principalmente dando voz aos três atores partícipes na triangulação, segurança, educação e IPL.

Como critério de seleção, os descritores foram pesquisados de maneira isolada e em conjunto, em língua portuguesa e em língua inglesa e o período delimitado foram os últimos cinco anos (2020-2024). Considerando que, em cada plataforma de busca, há um filtro específico, na base de dados da SciELO e do Portal de Periódicos da Capes, considerou-se a busca por títulos e, na base da SPELL, buscou-se por palavra-chave.

Na base de dados SciELO foram encontrados os seguintes resultados: em relação à ressocialização foram encontrados 41 resultados; ao buscar educação no cárcere, foram encontrados quatro resultados; na busca por segurança pública, foram achados 80 resultados; na busca por biopolítica, foram encontradas 70 publicações em periódicos e, na busca por ressocialização, educação e segurança pública a partir da biopolítica, em conjunto, não foi encontrado nenhum resultado. Já na busca em inglês, tanto para as palavras pesquisadas isoladamente quanto em conjunto, não foram encontrados resultados.

Já no Portal de periódicos da Capes obtiveram-se resultados diferentes dos encontrados na SciELO. Na busca por ressocialização foram encontrados 20 resultados; para educação no cárcere foram encontrados 25 resultados; para segurança pública foram 3.646 resultados; para biopolítica foram encontradas 570 publicações em periódicos e, na busca por ressocialização, educação e segurança pública a partir da biopolítica, em conjunto, não foram encontradas referências.

Na busca em inglês no Portal de Periódicos da Capes foram encontrados resultados diferentes da busca realizada na mesma base de dados em língua portuguesa. Para a palavra *resocialization*, foram encontrados oito resultados; para *education in prison*, encontraram-se 62 resultados; para *public security* foram 1.993 resultados; para *biopolitics* foram encontrados 1.221 resultados, mas, para estas palavras em conjunto, não foram encontrados periódicos.

Na base de dados da SPELL, foram encontrados, para ressocialização apenas um resultado; para educação no cárcere, não foram encontrados resultados; para segurança pública, 20 resultados; para biopolítica, dois resultados e, para ressocialização, educação e segurança pública partir da biopolítica, em conjunto, nada foi encontrado. Já na busca feita nesta mesma base de dados em inglês, somente para a palavra *resocialization*, de forma isolada, houve resultado, sendo de apenas um.

Com base nessas informações, vê-se que, em relação ao tema deste trabalho, ou seja oportunidade de ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica, não há pesquisas realizadas, havendo uma lacuna na abordagem acadêmica dessa questão. Dessa forma, justifica-se a realização deste trabalho,

por contribuir para uma área de pesquisa relevante no âmbito das relações sociais. Os resultados das buscas nas diversas bases de dados estão resumidos na Tabela 1.

Tabela 1

Resultados quantitativos das buscas, por temas, nas bases de dado SciELO, Periódicos Capes e SPELL

TEMA	Idioma	SciELO	Capes	SPELL	Total
Ressocialização	Port.	41	20	01	62
Educação no cárcere	Port.	04	25	-	29
Segurança pública	Port.	80	3646	20	3746
Biopolítica	Port.	70	570	02	642
Ressocialização, educação e segurança pública partir da biopolítica	Port.	-	-	-	-
<i>Resocialization</i>	Ingl.	-	08	01	09
<i>Education in prison</i>	Ingl.	-	62	-	62
<i>Public security</i>	Ingl.	-	1973	-	1973
<i>Biopolitics</i>	Ingl.	-	1221	-	1221
<i>Resocialization, education and public security based on biopolitics</i>	Ingl.	-	-	-	-
Total		195	7525	24	7744

Souza et al. (2019), em “Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente”, analisaram a rotina prisional, a ressocialização pelo trabalho e as formas de resistência de mulheres encarceradas. Estes autores concluíram que a ressocialização por meio do trabalho produz um sujeito delinquente, estigmatizado como incorrigível. Eles sugerem a continuidade de estudos sobre o tema de forma mais consistente e pontual na área de administração sobre as estratégias políticas e as funções sociais exercidas por instituições de privação de liberdade, acrescentando a questão educacional e a biopolítica, talvez complementando o trabalho realizado por eles.

Dessa forma, a realização desta pesquisa encontra justificativa no aspecto organizacional, por identificar e analisar a relação de poder existente entre a educação e a segurança pública a partir da biopolítica. É importante entender como a escola, situada no interior do sistema prisional, pode ser oferecida às pessoas privadas de liberdade com qualidade, sem deixar o serviço de segurança frágil, trabalhando de forma dialogada e em equipe.

Seria importante divulgar a pesquisa para os setores estatais de segurança pública e educação do país, trazendo a necessidade da construção de legislações dialogadas entre os dois setores, além da construção de regulamentos próprios ao sistema educacional inseridos no interior das penitenciárias. Assim, a educação ministrada dentro dos presídios seria,

possivelmente, oferecida de forma a realmente ressocializar as IPL sem causar atrito entre segurança e educação, oferecendo um norte à forma de trabalhar de cada responsável por reintegrar as reclusas na sociedade.

Quanto à questão social, este estudo justifica-se por possibilitar discussões sobre a promoção da ressocialização das apenadas por meio da escola inserida nas penitenciárias. Isso porque a ressocialização se dá por meio da educação, na qual são trabalhados conceitos como dignidade, autoestima, cidadania e liberdade, dentre outros (Santos, 2005).

Os docentes desempenham importante papel na ressocialização de IPL, oferecendo-lhes apoio emocional e a construção de uma nova identidade (Aguiar, 2022; Barcelos et al., 2019). Mesmo assim, a forma como é oferecida a ressocialização no cárcere é frágil, sendo a legislação diferente da prática exercida nos presídios (UNODC, 2018; Pereira, 2012).

O retorno ao cárcere de pessoas que estiveram reclusas e ganharam a liberdade acontece com frequência, o que leva-nos a questionar se realmente o encarceramento cumpre sua função ressocializadora (UNODC, 2018). Assim, os resultados deste trabalho podem contribuir para uma reflexão sobre a reinserção dos indivíduos reclusos em sociedade de forma produtiva.

1.5 Adequação à linha de pesquisa

O trabalho situa-se na área de concentração Organização e Estratégia, inserida na linha de pesquisa Relações de poder e dinâmica das organizações. O estudo apresenta-se alinhado ao programa por propor uma pesquisa relacionada à área de organização e sua relação com as relações de poder a partir da biopolítica. Nesse contexto, a ideia central abrange a identificação e a análise das relações de poder existentes entre a educação e a segurança pública a partir da biopolítica, para que se entenda como a escola localizada no interior do sistema prisional pode ser oferecida às pessoas privadas de liberdade com qualidade, sem deixar a segurança prejudicada.

Para construir uma base teórica para esta pesquisa, foram consultados documentos e trabalhos referentes à ressocialização, à educação no cárcere, à segurança pública e à biopolítica. Diversos teóricos foram consultados, mas as principais guias foram as reflexões de Michel Foucault, filósofo crítico das relações de poder e suas subjetivações (Ferreirinha & Raitz, 2010) e de Marc de Maeyer, pesquisador que implementou o programa educação na

prisão na *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO* (de Maeyer, 2013).

A observação de campo ocorreu em uma penitenciária feminina do estado de Minas Gerais, com a realização de entrevistas semiestruturadas com docentes da escola situada no seu interior, além de alunas (todas maiores de idade) e servidores da segurança pública lotados naquela instituição, objetivando-se reunir subsídios para identificar e entender as relações de poder existentes entre a educação e a segurança pública a partir da biopolítica.

A dissertação está vinculada ao projeto de pesquisa de mesmo nome “BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a segurança pública em uma penitenciária feminina mineira”, coordenado pelo Professor Doutor Raphael Silva Rodrigues, financiado pelo Programa Trilhas Educadores, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

2 AMBIÊNCIA

Esta pesquisa realizou-se de maneira etnográfica, pois foram analisados diversos fatores de um mesmo fenômeno e eu, como pesquisadora, tenho contato com os sujeitos envolvidos na coleta de dados, por ser diretora da escola pesquisada (Ataídes et al., 2021), o que permitiu o acesso ao ambiente estudado.

A penitenciária em que foi realizada a pesquisa destina-se ao encarceramento de mulheres e é gerenciada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp-MG). Esta unidade prisional destina-se ao recolhimento de condenadas a penas privativas de liberdade e à guarda daquelas que estão aguardando decisões judiciais (Covemg, 2023).

A unidade ocupa um quarteirão, com vários espaços destinados aos alojamentos e a outras atividades, sendo três desses espaços destinados à escola: salas de aula, biblioteca e pátio em um local; uma sala de aula destinada às internas seguradas em outro local e a administração escolar em outra localização. Todos estes espaços são situados no interior da penitenciária. Em março de 2024, época de realização desta pesquisa, 318 mulheres estavam detidas nessa unidade prisional. Destas, aproximadamente 90 tinham educação básica completa, isto é, menos de um terço da população carcerária local (Diário de campo, 24 de março, 2024).

Neste ano de 2024, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e a Sejusp-MG renovaram o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2024 - Sejusp/NUCOE, que estabelece a cooperação entre ambas, atribuindo competências específicas a cada órgão público em relação à oferta da educação básica para as pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, a escola e a penitenciária devem trabalhar em conjunto em prol das IPL que necessitem iniciar, completar e ou adquirir a educação básica (Termo de Cooperação Técnica nº 03/2024).

Como já mencionado, a escola objeto desta análise situa-se no interior da penitenciária em questão, sendo gerenciada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Para as internas que nunca estudaram ou não têm a educação básica completa é oferecida a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde a alfabetização até a finalização do Ensino Médio, sendo algumas turmas seriadas e outras multisseriadas. Todas as turmas funcionam semestralmente, dando continuidade à série seguinte no meio e no início de cada ano letivo (Diário de campo, 24 de março, 2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996), em sua Seção V, artigo 37 e 38, descreve a EJA como a oferta da educação básica gratuita destinada às pessoas que não tiveram oportunidade de estudos na idade própria, considerando características,

interesses, condições de vida e de trabalho dos alunos, com a realização de cursos e exames baseados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para matricular-se na EJA é necessário ser maior de 15 anos, para cursar o Ensino Fundamental e maior de 18 anos, para cursar o Ensino Médio (Bonamino, 1996; Brasil, 2018).

Na escola estudada, a idade das alunas, à época da pesquisa variava entre 23 anos e 67 anos (Minas Gerais, SEE/MG, s.d.), com 10 turmas em funcionamento. A descrição das turmas e as modalidades em atividade na escola, na época da pesquisa, estão descritas na Tabela 2.

Tabela 2

Turmas existentes na escola pesquisada

Turmas/modalidade	Particularidade	Quantidade de alunas
1º ao 4º períodos dos anos iniciais do ensino fundamental	Multisseriada - Seguro	1
1º ao 4º períodos dos anos iniciais do ensino fundamental	Multisseriada	5
1º ao 4º períodos dos anos finais do ensino fundamental	Multisseriada - Seguro	3
1º período dos anos finais do ensino fundamental	-	5
2º período dos anos finais do ensino fundamental	-	6
3º período dos anos finais do ensino fundamental	-	7
4º período dos anos finais do ensino fundamental	-	10
1º período do ensino médio	-	5
2º período do ensino médio	-	4
3º período do ensino médio	-	8
Total		53

As turmas multisseriadas abrangem mais de uma série em um mesmo espaço. As turmas do “seguro” destinam-se àquelas internas que não podem se misturar com as demais, sendo destinado um local reservado para a sua proteção. Daí este nome: seguro. A maioria das turmas funciona no período matutino; apenas uma turma funciona no período vespertino, sendo destinada a uma aluna localizada no sistema seguro, compreendendo os anos iniciais do Ensino Fundamental. (Diário de campo, 24 de março, 2024).

O quadro de pessoal da escola conta com 16 docentes e seis servidores administrativos/pedagógicos, que seguem as normas específicas para os servidores do Estado de Minas Gerais ao atendimento às escolas inseridas em unidades prisionais. Alguns destes servidores acumulam funções de docência e administração. O total de servidores da Escola é de 21 colaboradores (Diário de campo, 24 de março, 2024).

As internas que desejam se matricular na escola procuram o Serviço de Pedagogia da Penitenciária, que realiza uma espécie de entrevista para definir o currículo escolar da candidata, incluindo as escolas e as séries já frequentadas. Depois, o(a) pedagogo(a) busca os

documentos dessa interna na última escola frequentada, para finalizar a matrícula ou classificar a aluna, caso não tenha documentação da escola anterior. Em seguida, a interna é recebida em sala de aula (Diário de campo, 24 de março, 2024).

Apesar de abafadas e com pouca ventilação, as salas de aula são acolhedoras, como as de uma escola regular. As alunas ficam livres com os docentes e podem realizar perguntas de acordo com suas dúvidas. Os docentes são responsáveis por lidar com a disciplina, com o diferencial de serem poucas alunas, no máximo 12, por sala de aula. Os policiais penais ficam posicionados no andar superior, com vista para o pátio, mas sem serem vistos a partir das salas de aula.

A matriz curricular adotada é a mesma utilizada na Resolução das Escolas Estaduais de Minas Gerais que oferecem EJA no ambiente livre (Diário de campo, 24 de março, 2024). A escola trabalha com projetos interdisciplinares na maioria do tempo, em que as alunas podem simular a vivência do conteúdo aprendido, desde que autorizado com antecedência pela unidade prisional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo trata do embasamento teórico da pesquisa, contemplando os temas biopolítica; educação no cárcere e a ressocialização e as relações de poder entre a educação e a segurança.

3.1 Biopolítica

O conceito de biopolítica surgiu a partir das obras do filósofo francês e professor Michel Foucault, em meados da década de 1970 (Mota, 2022). Naquele período ocorreu uma mudança nos mecanismos de controle do poder no Ocidente, em que a decisão soberana sobre quem pode viver e quem deve morrer deu lugar aos mecanismos de poder sobre manipulação da vida. O fator biológico interfere no mundo político, dando lugar a questões como a probabilidade de vida e condições de saúde da sociedade. Os processos sociais começam a tentar controlar e modificar o modo de vida dos indivíduos para que estes se adequem ao todo social (Danner, 2017).

De acordo com Duarte (2008), Foucault analisou os micropoderes disciplinares surgidos na década de 1970, constatando o objetivo da modulação do corpo. Essa modulação se daria por meio da formação de instituições como a escola, o presídio, o hospital e o trabalho, dentre outros. A partir do século XIX, além do corpo disciplinado, produzia-se a gestão social do indivíduo e da coletividade por meio de legislações (Duarte, 2008).

Assim, desde o século XIX, a sociedade é dirigida pela biopolítica em suas relações de poder, sendo vivenciada a gestão da conduta dos indivíduos em sociedade por meio de uma normalização imposta (Foucault, 2014). “É pelo fato de encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que o poder pode apropriar-se dos processos biológicos para controlá-los e eventualmente modificá-los” (Danner, 2017).

Para se alcançar o objetivo de promover e garantir a vida, fez-se necessário instaurar a norma, tendo o poder a tarefa de proteger essa vida por meio de mecanismos reguladores e coercitivos. Assim, primeiramente, são oferecidos ao indivíduo a escola, o trabalho, os hospitais e outras instituições, para que ele aprenda a viver em conjunto. Caso não se adeque e resista aos mecanismos moduladores, o indivíduo é marginalizado, podendo ser retirado da sociedade. A normalização cria um elo entre a disciplina do corpo e a regulamentação de uma multiplicidade biológica (Danner, 2017).

Pode-se conceituar biopolítica como tecnologias utilizadas para produzir e reproduzir a vida em suas relações de poder exercidas pelo sistema político; é a “luta entre poder e resistência” (Mota, 2022, p. 494). Acrescenta-se que a subjetividade dos indivíduos é determinada pelos entrelaçamentos de saberes e poderes, onde resistem ao que lhes é imposto de diversas formas (Mazzocchini, 2020).

Contrapondo Foucault, Agamben se refere à biopolítica como tradição da política ocidental, em que se decide sobre a humanidade do ser vivo. Não se fala sobre parceiros ou inimigos, mas sobre a vida nua como forma de existência política. A proteção e a destruição da vida por meio de sua inclusão e exclusão da regulamentação pelo poder soberano é um processo biopolítico para este autor (Agamben, 1998). Mas, nesta pesquisa, nos aprofundaremos no conceito de biopolítica proposto por Foucault, descrito nos demais trechos e de diversas formas por outros autores.

Voltando a Foucault, Danner (2017) conceitua a biopolítica como a maneira de o governo racionalizar os problemas existentes pelos “fenômenos próprios de um conjunto de vivos que constituem uma população” (Danner, 2017). A biopolítica se caracteriza pela manipulação subjetiva da vida do indivíduo para um determinado fim de uma forma sutil, sujeitando os corpos às regras sociais regulamentadoras (trabalho, relacionamento, família, etc.) (Wermuth & Mori, 2022). Mas, existem as formas de resistência de grupos que vão na contramão dessa manipulação social (Mazzocchini, 2020).

Essa resistência vem dos sujeitos invisibilizados, na tentativa de criar meios de sobrevivência. Como exemplos desses sujeitos, temos os moradores de rua, as prostitutas e os presidiários, entre outros que são marginalizados pela sociedade (Wermuth & Mori, 2022; Ferreira, 2022). A pobreza e o abandono são, em diversas situações, considerados um desajustamento familiar, causando o que a sociedade chama de delinquência (Hadler et al., 2019). A sociedade determina, a partir de regras sociais, quem será apontado como o delinquente, produzindo-o por meio de seu abandono (Hadler et al., 2019).

Por mais que o sistema político sofra modificações, atualmente ainda continua produzindo desigualdades como outros sistemas na história brasileira. O Estado depende de interesses do capital econômico, deixando a população carente à mercê de si mesma. Para a camada popular, o Estado é uma forma de aparelho repressivo, que tem o poder de cobrar, julgar e prender (Miguel, 2014). Os mecanismos de poder são importantes para a organização social, mas seria necessário que não praticassem a exclusão racial, econômica e de gênero (Miguel, 2014; Ribeiro, 2021).

Sobre o poder e a resistência que acontecem nos presídios, vê-se o cárcere como uma das formas de poder exercido pelo Estado, visando à ressocialização ou à punição dos criminosos e à maneira como os detentos resistem à manipulação de seus corpos e de suas mentes, lutando pela vida ou desistindo. Ao Estado cabe a retirada do indivíduo criminoso da sociedade e a modulação da mente do encarcerado para que, depois do cumprimento de sua pena, seja capaz de se reintegrar ao grupo social de forma produtiva e dócil. É o poder colocando a vida humana como jogada política, em que é divulgada a ressocialização do indivíduo e, na prática, ainda acontece a punição dos corpos (Leme, 2007).

Os indivíduos privados de liberdade que fogem ao padrão imposto pela biopolítica dentro dos presídios têm sua conduta considerada como desviante, sendo necessário corrigi-la com “castigos” (Foucault, 2014; Mota, 2022; Wermuth & Mori, 2022). Assim, a biopolítica se manifesta sobre o conjunto da população, agindo por meio de dispositivos diversos, tornando a segurança uma forma de viver melhor (Ferreira, 2022).

A biopolítica se materializa no governo, influenciando a relação entre população e segurança, pensando na economia, ou seja, é o neoliberalismo gerindo os indivíduos para a produção, para o trabalho. A segurança torna-se central nesta forma de administração, enfatizando a vigilância sobre os indivíduos como uma necessidade constante na sociedade, que deve ser disciplinada para que a vida em conjunto transcorra de forma positiva e produtiva (Ferreira, 2022).

Assim, prisões são mecanismos de exclusão de indivíduos marginalizados, antes mesmo de serem privados de liberdade, na forma de vida imposta pelo Estado e pela sociedade. Grande parcela desses indivíduos marginalizados é detida e encarcerada (Bessil & Merlo, 2017). No ambiente recluso, onde deveriam ser reeducados para a reinserção na sociedade, vê-se o poder da segurança no interior dos presídios se sobrepondo às ofertas de atividades voltadas à ressocialização (Bessil & Merlo, 2017).

A disciplina, a vigilância e a punição são formas de doutrinar os corpos. O intuito é controlar o indivíduo por meio de sistemas de controle e vigilância (Foucault, 2014). E, nesse campo, o nome ressocialização aparece como técnica da biopolítica, em que o poder é tido como agente transformador da população carcerária, para que pense de forma diferente da anterior ao cárcere e não reincida no crime (Mota, 2022). A prisão é destinada a separar os homens “maus” dos homens “bons”, sendo o corpo marginal encarcerado até que seja melhorado, para posterior reinserção na sociedade, de forma que seja capaz de seguir suas regras e leis (Leme, 2007; Wermuth & Mori, 2022).

Nesse processo disciplinar de reintegrar o sujeito à sociedade, o delinquente é aprisionado com o seu “eu” formado de acordo com sua realidade. Mas, o poder disciplinar no cárcere modifica esse “eu” por meio de rebaixamentos, humilhações e profanações do eu inicial (Souza et al., 2019). Torna-se questionável a existência da ressocialização onde parece não haver socialização.

Mas, onde há poder também há resistência (Mazzocchini, 2020). As lutas das pessoas encarceradas contra as formas de subjetivação individual e social permeiam o dia a dia das prisões. Os sujeitos invisibilizados precisam criar uma realidade de sobrevivência para “dar conta” de viver o tempo de suas penas no cárcere, inventando uma nova forma de vida (Wermuth & Mori, 2022).

Assim, vê-se na rotina do cárcere uma espécie de comércio, por exemplo, de quem consegue obter algo, como uma comida diferente ou cigarros, e o vende em troca de favores, tendo em vista a escassez a que todos estão submetidos (Leme, 2007). Outras formas de resistência são os xingamentos aos policiais, a indisciplina, as brigas entre os próprios encarcerados, os motins e as rebeliões. Essas pessoas resistem pelo simples fato de viverem (Foucault, 2014; Mota, 2022; Wermuth & Mori, 2022).

A forma de resistência que mais acontece dentro do cárcere é a desobediência aos policiais penais, principalmente os gritos e as discussões (Souza et al., 2019). Apesar da consequente punição, existem as formas de resistência apresentadas e outras, como “fazer corre”, que significa passar qualquer coisa, objeto, para outros presos e ou alojamentos, ou qualquer ação fora do padrão exigido pela unidade prisional (Souza et al., 2019).

As punições nos presídios têm o objetivo de evitar as formas de resistência e dependem da gravidade da falta cometida (Souza et al., 2019). Um interno que resiste a tornar seu corpo dócil corre o risco de ter como punição o aumento do tempo de sua pena, o isolamento e ou a impossibilidade de trabalhar nas oficinas no interior do presídio, dentre outras medidas que variam de acordo com a falta (Souza et al., 2019). A tentativa do poder coercitivo aqui indicado é a inibição da resistência, para que não haja novas possibilidades de existência do “eu” que possam desviar a mente do sujeito do objetivo de ser um corpo dócil e útil para a sociedade (Souza et al., 2019).

Dessa forma, vê-se que a própria educação no cárcere, símbolo de liberdade que emancipa, é uma forma de resistência ao sistema político e prisional que oprime o indivíduo (Freire, 1987). Assim, será tratado adiante a educação no cárcere e a ressocialização.

3.2 Educação no cárcere e a ressocialização

Nos últimos três séculos, a severidade das punições de criminosos no mundo vem diminuindo e em seu lugar começam a surgir prisões que, teoricamente, visam à sua ressocialização. Ao invés da punição do corpo físico, inicia-se a punição da alma. A pessoa privada de liberdade não é mais punida fisicamente e sim cerceada de seus direitos legais. As penas são dadas de acordo com o grau do delito cometido (Foucault, 2014).

A partir do momento em que se pensa em ressocialização no cumprimento das penas, começa-se a pensar em formas de se reeducar o sujeito para que ele seja capaz de ser reinserido na sociedade (Leme, 2007). Configuram-se nesse contexto as escolas inseridas no ambiente prisional, oferecendo o ensino para quem não teve sua escolaridade básica completa na infância e ou na adolescência (Leme, 2007).

Os fatores que contribuíram para a transformação das prisões foram econômicos, políticos, religiosos e também as guerras, além de crises, fazendo com que aumentasse a criminalidade. Assim, foi necessário pensar em formas de punição. A pena de morte passa a dar lugar à privação de liberdade, pensando na reabilitação do delinquente por meio do trabalho, da educação e da disciplina (Freitas, 2013).

Em 1971 criou-se o Código Penal Francês, tornando as prisões um instrumento de cumprimento de pena e estendendo a ideia de humanização para o restante do mundo (Mirabete, 2017). Atualmente, têm-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU, que são documentos que preveem as regras de atendimento ao preso com o mínimo de respeito, dignidade e responsabilidade na ressocialização (Teodoro & Lisboa, 2018).

No Brasil, as penitenciárias surgiram no início do século XIX, a partir dos moldes das prisões dos Estados Unidos e da Europa. Desde então, as punições passaram a seguir o Direito Penal, passando dos castigos físicos para a privação de liberdade. Em relação à educação escolar inserida nas penitenciárias brasileiras, podemos dividi-la nos seguintes marcos históricos: Período Imperial, Governo de Juscelino Kubitschek, Ditadura Militar e Constituição de 1988 (Teixeira, 2007).

A Casa de Correção da Corte, criada no século XIX, no Período Imperial, já mostrava indícios da educação nas prisões em seus regulamentos, pois determinava a necessidade da criação de uma escola para ensinar os presos a lerem e a escreverem. Mas, apenas com a promulgação do Decreto nº 678/1950, foi instituída oficialmente a necessidade dos estudos nos presídios, visando à recuperação do apenado. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-

1961), as normas gerais do regime Penitenciário do Brasil introduziram a capacitação profissional nos presídios brasileiros (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a; Duarte & Sivieri-Pereira, 2018b).

Durante o Regime Militar, de 1964 a 1985, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como Mobral, que oferecia a educação básica para as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na época certa (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a). Anos depois, em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/96), o Mobral foi substituído pela Educação de Jovens e Adultos, a EJA, ofertando a educação para todo cidadão maior de 15 anos de idade, no Ensino Fundamental e maior de 18 anos de idade, no Ensino Médio, possibilitando a inserção no sistema escolar e a conclusão da educação básica.

A Lei nº 3.274, de 1984, instituiu as Normas Gerais de Regime Penitenciário, prevendo a obrigatoriedade da oferta do Ensino Fundamental no sistema prisional (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a; Duarte & Sivieri-Pereira, 2018b). Em 1988, a Constituição Brasileira passou a prever a educação como direito de todos, incluindo aqueles cidadãos que não tiveram acesso ao ensino na idade correta. Ainda na Constituição de 1988 existem 32 incisos do artigo 5º que tratam da garantia do tratamento ao preso (Teodoro & Lisboa, 2018). Desde então, a educação no contexto prisional tornou-se obrigatória. Dessa forma, às pessoas privadas de liberdade é garantido o direito à EJA (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a; Duarte & Sivieri-Pereira, 2018b).

A educação, nesse contexto, tem a função de promover a interação entre os indivíduos, facilitar a reconstrução da identidade do sujeito e capacitar o interno privado de liberdade para a ressocialização (Onofre, 2017; da Silva Sousa et al., 2020; Quintal, & Gomes, 2021). Serrado Júnior (2008) compreende que a educação nas prisões fornece conhecimentos básicos para que a pessoa privada de liberdade se reintegre à sociedade, sendo, assim, uma política pública importante para a sociedade como um todo.

No estado de Minas Gerais, a educação básica nas unidades prisionais é ofertada na modalidade EJA, principal ação de elevação de escolaridade dos privados de liberdade, abrangendo a alfabetização, o ensino fundamental e o ensino médio, na forma presencial. Destina-se àqueles que não tiveram acesso à educação ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A Resolução SEE nº 4.692/2021 prevê o seguinte:

Artigo 49 - A educação de jovens e adultos é oferecida por meio de:

I - curso presencial;

II - curso semipresencial em Centros Estaduais de Educação Continuada – CESEC; III

- exames especiais para certificação de conclusão de ensino fundamental e médio, nos

Centros Estaduais de Educação Continuada por meio das bancas permanentes de avaliação;

IV- exames nacionais de certificação.

Parágrafo único. A idade mínima para matrícula em cursos e realização dos exames especiais descritos no caput é de 15 anos completos para o ensino fundamental e 18 anos completos para o ensino médio. (Resolução SEE nº 4.692/2021)

A Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984, assegura à pessoa privada de liberdade o acesso à educação, dispondo em seu artigo 17 que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. A garantia desse direito à educação básica no sistema prisional mineiro é assegurada por meio de parceria entre a SEE/MG e a Sejusp-MG.

A parceria entre os dois órgãos estatais acontece via Termo de Cooperação Técnica mediante atuação síncrona entre a Diretoria de Ensino Médio (Diem), responsável por orientar, desenvolver e acompanhar as diretrizes pedagógicas e políticas para a EJA no estado, no âmbito da SEE/MG e a Diretoria de Ensino e Profissionalização (DEP). A DEP compõe a estrutura orgânica da Sejusp-MG e tem por competências coordenar, orientar e fiscalizar as atividades relativas à assistência educacional, englobando a educação básica, profissional e tecnológica, o ensino superior e as atividades educacionais complementares (Minas Gerais, 2021).

Ainda sobre a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, esta assegura ao preso o acesso à educação, remindo sua pena em menos um dia a cada 12 horas de estudo, sendo de até quatro horas diárias e a obtenção de um terço a menos na pena ao concluir o Ensino Fundamental e mais um terço da pena ao concluir o Ensino Médio (Lei de Execução Penal nº 7.210/84). Assim, percebe-se que a escolarização oferece inúmeras possibilidades aos educandos, como obtenção de diploma da educação básica sem referência ao presídio no documento, possibilidade de sair dos alojamentos, convivência com professores, ocupação da mente e aquisição de conhecimentos, além da remição da pena (Duarte & Sivieri-Pereira, 2018a; Duarte & Sivieri-Pereira, 2018b).

O sistema prisional mineiro conta com 130 escolas autorizadas em funcionamento, sendo grande parte dessas escolas oferecida em parceria entre a SEE/MG e Sejusp-MG, nove em parceria da Sejusp-MG com o município de Belo Horizonte e duas em parceria da Sejusp-MG com instituições particulares. Existe atendimento para 5.403 pessoas privadas de liberdade por meio da EJA presencial. A maior parte da oferta de educação prisional é pactuada por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Sejusp-MG e SEE/MG (Minas Gerais, 2021).

Tabela 3*Escolas do sistema prisional mineiro*

PÚBLICO ESTATAL	PÚBLICO MUNICIPA L	PRIVADO
119	9	2

Teixeira (2007) entende que a educação oferecida nas prisões não é um privilégio ou um benefício oferecido à pessoa em privação de liberdade, mas sim um direito do recuperando existente em lei. Martins et al. (2023) defendem a educação como um direito adquirido pelo IPL de se preparar para o retorno da vida em sociedade.

De Maeyer (2006) coloca a educação nas prisões como um direito do apenado, além de uma possibilidade para que o indivíduo pense nos motivos que o levaram a estar na condição de privação de liberdade, possibilitando-lhe um novo modo de pensar sobre a vida. Para o IPL, a educação é uma política pública importante, pois é por meio dela que o ser humano se liberta, construindo saberes, habilidades e delineando sua vida em sociedade, sendo partícipe desta como cidadão (de Maeyer, 2006; Cabral, 2019).

Santos (2005) afirma que a ressocialização da pessoa privada de liberdade se dá por meio da educação, explorando conceitos como dignidade, autoestima, cidadania e liberdade, dentre outros. Para Rangel (2009), a educação fornece ao cidadão privado de liberdade o desenvolvimento de habilidades e competências para que ele se capacite para o trabalho, oferecendo a esperança de um futuro melhor após o cumprimento da pena.

Os docentes desempenham importante papel na ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. É por meio das aulas ministradas pelos professores que lhes são oferecidos o apoio emocional e a construção de uma nova identidade (Aguiar, 2022; Barcelos et al., 2019).

Frente aos argumentos apresentados, torna-se importante dialogar sobre a importância da presença de políticas públicas capazes de ressignificar o atendimento de ressocialização nos presídios por meio da educação (Teixeira, 2007). Acrescentando à teoria até aqui apresentada, no capítulo adiante, discute-se a relação de poder existente entre a educação e a segurança pública no interior dos presídios.

3.3 Relações de poder entre a educação e a segurança

As relações de poder entre a educação e a segurança no interior das penitenciárias são estudadas nesta pesquisa por meio da biopolítica. O indivíduo considerado delinquente pelo seu grupo de convívio é segregado e excluído da sociedade. Ele é aprisionado pelo saber e replica o mesmo, se submetendo a uma prisão mental e atitudinal para chegar aonde quer, se enquadrando nos paradigmas sociais para ser aceito e pertencer ao grupo em que pretende conviver, trabalhar e estudar (Foucault, 2014). Esta é a função do poder exercido pelo Estado: fazer o ser humano querer se submeter às regras sociais e legais para ser aceito no meio em que vive (Foucault, 2014).

Nas prisões, o método biopolítico não é muito diferente. Os métodos de punição exercidos no sistema carcerário são questionados por Foucault (2014), sendo o poder colocado como forma vigiada constantemente. As medidas de segurança exercidas na prisão têm o objetivo de modificar o indivíduo não aceito na sociedade, sendo o inadequado tratado de forma diferente e, assim, também os indivíduos tratados do lado de fora do cárcere (Foucault, 2014).

Foucault (2014) trata punição como controle social, colocando a dor e o sofrimento para fazer cumprir a verdade imposta. O sofrimento se instala à medida que o governo “molda” o sujeito que passa a atender às normas sociais em sua totalidade: cumprindo prazos, estudando, trabalhando, sendo sempre cordial com as pessoas, dentre outras condutas esperadas pela sociedade em que vive (Foucault, 2014). O ser humano acaba se adequando, se “enquadrando” às leis para viver bem na sociedade. O poder é tratado como sofrimento, dor, mas muito mais como controle (Foucault, 2014).

Voltando ao cárcere, acredita-se que o cumprimento da pena pelo criminoso é importante, mas, vai além disso. Existe a necessidade de que sejam realizados esforços visando à reeducação social (de Maeyer, 2006), sendo que o processo de ressocialização envolve as ações e os métodos do Estado, da sociedade, da família e da pessoa privada de liberdade, visando à recuperação social do apenado e a educação faz parte desse processo de ressocialização e é importante para o aprendizado de habilidades, conteúdos e valores (de Maeyer, 2006).

Neste processo de escolarização no cárcere, sabe-se que o cidadão que tiver completado a educação básica terá mais oportunidades de se inserir novamente na sociedade, com maiores chances de conseguir empregos e retomar sua vida de forma digna, pois terá conquistado novos aprendizados e o diploma da educação básica (de Maeyer, 2006; Freire, 1987). Assim, faz-se necessária uma política educacional que realmente venha a atender aos marginalizados e

excluídos, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária (Freire, 1987).

A política pública educacional no cárcere, como forma de ressignificar a vida do indivíduo encarcerado, é necessária. Grande parte das pessoas privadas de liberdade tem baixa escolaridade e viveu, antes do cárcere, em situações de vulnerabilidade social. Por isso a importância da escola nesse ambiente (de Gracia Paiva, 2017).

Expondo a ressocialização de outra forma, Freitas (2013) trata a prisão como lugar onde a pessoa que comete um crime se isola do convívio com a sociedade até que se transforme, se ressocialize ou cumpra sua pena. Ainda de acordo com este mesmo autor, a ressocialização abrange a desconstrução e a construção do senso de valores, crenças e normas sociais, por meio da custódia, da prestação de assistência jurídica e psicossocial, à saúde, educacional, trabalhista, religiosa, bem como a garantia da visitação e do lazer.

Quando o preso se ressocializa, ele se qualifica para o trabalho, para uma nova vida (Mirabete, 2017). Mas, o cárcere no Brasil, apesar das legislações humanizadoras, ainda se configura em um modelo repressivo (Mirabete, 2017). As pessoas privadas de liberdade são "ressocializadas" no ambiente prisional, mas sabe-se que muitas dessas pessoas resistem ao sistema regulador (Mirabete, 2017). Além disso, ao retornar à liberdade e ao convívio com a sociedade, essa pessoa estará ainda mais despreparada para viver em sociedade, insensível e com um maior conhecimento sobre práticas de crimes, sem oportunidades de trabalho, muitas vezes sem uma residência e sem família, e assim, reincidindo no crime (Mirabete, 2017).

A Lei de Execuções Penais alcançou um grande avanço em relação à humanização do cumprimento da pena em presídios (Lei de Execução Penal nº 7.210/84), mas, de acordo com Martins et al. (2023), o que se vê é um retrocesso quanto ao seu cumprimento. Na América Latina, pode-se perceber que nos presídios acontece um verdadeiro depósito de criminosos, sem a garantia de seus direitos (Martins et al., 2023). O Direito Penal deveria fazer cumprir o princípio da dignidade da pessoa humana, assegurando que “o braço forte do Estado continue a ser democrático e de direito” (Martins et al., 2023).

Para que se cumpra a finalidade da ressocialização é necessária a realização da combinação de educação, acompanhamento psicológico, programas de reabilitação, assistência social e oportunidades de trabalho (Cabral et al., 2020). Também são necessários o conhecimento dos direitos e deveres de um cidadão, um ambiente seguro e humano dentro das instituições prisionais e o oferecimento de dignidade aos indivíduos privados de liberdade, incluindo o acesso de qualidade à saúde física e mental, à educação, à religiosidade e à família (Azevedo, 2019; Orłowski & Cottrell, 2019).

Cabral (2019) destaca a importância de integrar a ressocialização ao ambiente externo, incluindo as oportunidades de trabalho, dessa forma expandindo a oferta da ressocialização para além do cárcere, proporcionando ao ex-detento condições para que possa viver em sociedade com dignidade, se sustentando e sendo útil (Cabral, 2019). Mas, o que acontece é o contrário; o cárcere dificilmente ressocializa. É mais fácil a dessocialização na prisão. A condição sub-humana de superlotação causa revolta, deixando o preso mais propenso à prática da reincidência no crime (Föppel, 2004). Para Pereira (2012), não existe a função ressocializadora dentro dos presídios; ao contrário, vê-se a marginalização do ser privado de liberdade.

Mirabete (2017) aponta o fenômeno da violência no cárcere, causado pelas condições de vida oferecidas aos presos. Os internos privados de liberdade vivem em condições subumanas em que passam a aumentar seu estado violento. Ao invés de ressocializar, o cárcere, em muitas vezes, criminaliza para além do motivo primário do seu encarceramento (Mirabete, 2017).

Nesse sentido, é preciso pensar desde o ato da prisão até as estruturas dos presídios, incluindo superlotação, falta de trabalho para todos e baixa atenção à saúde pela falta de tempo para atender a todos (Leme, 2007). Quanto às penas, existem casos de internos assassinos dividindo cela com pessoas que roubaram para se sustentar. São questões que geram a dificuldade ressocializadora (Teodoro & Lisboa, 2018).

Pensando no indivíduo encarcerado que pode ter sido preso para se sustentar, sabe-se que essa vítima da fome sairá do sistema pior do que antes, devido aos tratamentos a ela destinados e a tudo a que precisou se submeter para sobreviver nesse submundo, inclusive as novas aprendizagens equivocadas com seus colegas de alojamento (Teodoro & Lisboa, 2018). Diante dessa precariedade, constata-se que o modelo de cárcere não ressocializa o ser humano; pelo contrário, incita a reincidência no crime (Leme, 2007).

Teodoro e Lisboa (2018) defendem que, para romper este ciclo, a pessoa privada de liberdade precisa ter oportunidades de trabalho e de estudo na penitenciária, reduzindo sua pena e se capacitando para voltar à sociedade com mais dignidade. Para Freire (1987), a educação propicia ao indivíduo o sentido de pertencimento à sociedade e a construção da sua cidadania, sendo importante nesse contexto prisional para a ressocialização.

Por meio da educação de qualidade, os docentes de escolas localizadas em prisões possibilitam o desenvolvimento de habilidades, competências socioemocionais e capacitação profissional aos IPLs, oferecendo-lhes as habilidades e os conhecimentos necessários para a sua reinserção na sociedade (Granados et al., 2023). Os docentes estabelecem no cárcere um ambiente de confiança e respeito com os alunos, desenvolvendo relacionamentos significativos

que estimulam sua ressocialização (SEAP, 2021). Mas, a forma como se garantirá a segurança do cárcere em consonância com a forma como será propiciada a reinserção do sujeito à sociedade por meio da educação ainda é um quesito a ser analisado.

Em relação à segurança em cada instituição carcerária, também se observa o poder exercido de diferentes formas pelos grupos atuantes no local (Foucault, 1998). Estes poderes exercidos perpassam a questão da cultura organizacional de cada local, onde o trabalho dos envolvidos é diretamente influenciado pelo clima organizacional, causando efeito nas atitudes de cada indivíduo atuante no contexto e, respectivamente, no modo como acontecem as relações de poder dos sujeitos envolvidos (Santos et al., 2022).

Os dispositivos biopolíticos das instituições carcerárias se conectam e visam transformar o sujeito em um corpo dócil; quanto mais o corpo é disciplinado, mais ele é considerado dentro da razão (Foucault, 2014). O poder aparece como uma prática social de controle dos corpos e cada indivíduo reage a esse poder de uma forma, se enquadrando ou resistindo, incluindo todos os presentes no local, mesmo aqueles que estão trabalhando (Foucault, 1998). Nesse sentido, percebe-se que, ainda hoje em dia, o cárcere é tratado como uma forma de punição e não de ressocialização, como preveem as legislações (Foucault, 2014; Souza et al., 2019).

De acordo com Souza et al. (2019), os dispositivos disciplinares interferem na vida dos encarcerados, na tentativa de transformar o indivíduo marginal em sujeito apto a viver em sociedade. Nesse sentido, a pedagogia prisional tem o objetivo de inculcar no indivíduo a vontade de trabalhar, ser uma pessoa produtiva. É necessário transformar o indivíduo, pois o criminoso punido não é um “coitado”, pois cometeu um crime e por isso está preso (Souza et al., 2019).

As escolas nas prisões, mesmo sendo consideradas um sistema biopolítico modulador, objetivam a redução da reincidência criminal, sendo um dos seus papéis romper com o ciclo de violência e, em consequência, a reinserção do sujeito na sociedade (Behan, 2021). Mas, com os desafios enfrentados pelos presídios já colocados anteriormente, como superlotação de encarcerados, falta de recursos e restrições necessárias à segurança, a promoção da ressocialização é dificultada através da escola para os IPLs (Grace, 2021). No período pós-cárcere, a ausência de oportunidades e o preconceito social são entraves para a ressocialização através da educação nas prisões em relação à busca pelo oferecimento ao vislumbre pelos IPLs de uma reinserção na sociedade bem-sucedida (Grace, 2021).

Em relação aos policiais penais, Quirino et al. (2019) destacam que os servidores da segurança pública não contam com o apoio do governo em situações estressantes. Além disso, não há um treinamento adequado, deixando os policiais impotentes diante das várias situações

existentes no dia a dia do cárcere. São inúmeras as funções dos policiais, como revista dos visitantes e dos colegas de trabalho, realização de inspeções e procedimentos em alojamentos, retiradas de presos para banhos de sol, escoltas, análise de cartas e demais atividades, além de trabalhos administrativos (Quirino et al., 2019).

O policial penal nem sempre é o “carrasco”; ele tem a função de estabelecer a ordem (Souza et al., 2019). Nesse ambiente, não há como culpar o policial penal, o professor ou o preso. É necessário criar estratégias de posturas claras e determinantes, para que todos tenham consciência da maneira como devem agir em cada situação possível, independente da cultura organizacional existente em cada instituição prisional (Santos et al., 2022).

Martins et al. (2023) veem o ambiente carcerário como um meio falido. A reabilitação do recluso e o trabalho dos policiais penais e dos parceiros de ressocialização não acontecem como deveriam devido às condições legislativas, de recursos materiais, organizacionais e humanos das prisões, que impedem a realização do objetivo reabilitador do ser humano (Martins et al., 2023). É necessária a aplicação de um mecanismo capaz de se fazer cumprir a função reparadora do cárcere (Martins et al., 2023).

4 METODOLOGIA

A primeira atitude tomada, ao se decidir pela realização desta pesquisa, foi solicitar autorização à direção da penitenciária a ser pesquisada, visto que o sistema carcerário e o contato direto com reclusas é um campo delicado. A pesquisa envolveria o trabalho de todos os servidores envolvidos, tanto da SEE/MG, quanto e, principalmente, da Sejusp-MG, em cada entrevista a ser realizada e precisaria ser muito bem planejado o que seria divulgado para não comprometer a segurança do Presídio. Neste quesito, a pesquisa foi aprovada.

Em seguida, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Unihorizontes e também aprovada, atendendo aos requisitos estabelecidos. A metodologia utilizada, incluindo classificação e delineamento da pesquisa, universo amostral/objeto de estudo, sujeitos da pesquisa, coleta de dados análise e interpretação dos dados, é descrita a seguir.

4.1 Classificação e delineamento da pesquisa

Para atender ao objetivo proposto, optou-se pela pesquisa de natureza social, finalidade fundamental, sendo etnográfica, bibliográfica e estudo de caso, no intuito de entender como se dá a ressocialização por meio da educação, permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica, segundo a percepção de alunas, dos docentes e dos servidores da segurança pública. A escolha pela etnografia se deu por ela possibilitar a análise de diversos fatores de um mesmo fenômeno e pelo fato de eu, como pesquisadora, ter contato com os sujeitos envolvidos na coleta de dados, por ocupar o cargo de diretora da escola pesquisada (Ataídes et al., 2021).

A etnografia surgiu no final do século XIX e início do século XX por meio da antropologia. Os estudos etnográficos são práticas de pesquisas em que o pesquisador se junta ou faz parte do grupo a ser estudado de forma profunda (Ataídes et al., 2021). Por passar 40 horas semanais com o grupo em estudo, esta pesquisadora optou por este método.

O nível de pesquisa escolhido justifica-se a partir da descrição de Gil (2008), que define as pesquisas exploratórias a partir do levantamento bibliográfico, das observações e das entrevistas e as pesquisas descritivas como forma de descrever as características de determinada população. “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (Gil, 2008, p. 28).

Hoje em dia, as empresas procuram o bem-estar coletivo (Baldo & Manzanete, 2003). Assim, “são também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.” (Gil, 2008, p. 28)

Visando compreender a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica, segundo a percepção de alunas, docentes e servidores da segurança pública, esta pesquisa é qualitativa. A intenção foi a busca da identificação e a compreensão da percepção dos indivíduos envolvidos no estudo, por meio da triangulação de dados, além da análise do contexto em que estes agentes estão inseridos, pois a pesquisa qualitativa busca entender fenômenos e fatos de forma aprofundada, focando no caráter subjetivo do objeto a ser analisado, adentrando suas particularidades e suas experiências individuais (Gil, 2008).

4.2 Universo amostral/objeto de estudo

O objeto de estudo abrange elementos que se reúnem e analisam dados sobre o fenômeno a ser pesquisado em torno do problema (Gil, 2008). Assim, esta pesquisa visou analisar a lacuna da ressocialização por meio da educação, permeando a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica, segundo a observação de campo, a percepção de alunas que se encontram privadas de liberdade (todas em regime de cárcere, sendo maiores de idade), de docentes e de servidores da segurança pública inseridos em uma penitenciária feminina de Minas Gerais, tendo a quantidade sido obtida por saturação. A escolha do objeto de estudo se deu a partir da acessibilidade configurada pelo fato de a pesquisadora ser servidora pública lotada nessa escola.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes foram selecionados com base no critério de acessibilidade, isto é, elementos que estivessem mais disponíveis para participar e que tivessem condições de fornecer as informações que ajudassem a chegar ao objeto necessário (Gil, 2008).

Foram entrevistados professores inseridos na escola, alunas privadas de liberdade e servidores da segurança pública dispostos a contribuir com este estudo, totalizando 16 respondentes. A quantidade de entrevistados foi determinada por meio de saturação de dados.

Foi mantido o anonimato dos respondentes, tendo os nomes sido trocados por numerações, como Entrevistado 1, 2, 3 e assim por diante. Não se fez distinção dos

entrevistados por alunos, docentes ou segurança, para dificultar a sua identificação. O fato de não separar os sujeitos por grupos não prejudicou a análise dos dados e conclusão.

4.4 Coleta de dados

O presente trabalho resultou de um estudo investigativo. Na forma triangulada, foi buscado o contato com professores, alunas e servidores da segurança pública de uma penitenciária feminina mineira, tendo os dados sido coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas (Minayo & Costa, 2019).

Além disso, foi realizada a observação participativa, em que se pode registrar o que se vê e se sente no ambiente em que a pesquisa está sendo realizada, sendo as impressões registradas em diário de campo. A observação foi fundamental nesta pesquisa, pois, como pesquisadora, integro o grupo que trabalha nesta penitenciária feminina (Minayo & Costa, 2019).

As alunas que se encontram privadas de liberdade foram entrevistadas em uma sala isolada, na escola pesquisada, sem a presença de nenhuma outra pessoa que pudesse interferir na conversa ou inibi-las em relação às suas respostas. Apesar desse cuidado, uma das alunas deu respostas diferentes do que se pode observar em seus relatos na escola no dia a dia (Diário de campo, 22 de agosto, 2024).

Os docentes foram entrevistados na sala da direção da escola, sem a presença de terceiros. Todos ficaram à vontade para responderem às perguntas, mesmo sendo entrevistados pela diretora da escola, pois mantêm uma relação de diálogo na rotina escolar (Diário de campo, 22 de agosto, 2024).

Os profissionais da segurança pública foram entrevistados em locais da escolha de cada um, para que ficassem mais à vontade, sem a presença de terceiros. Foi difícil ter acesso a este público, pois muitos não queriam participar com receio de retaliações, mesmo sendo informados que a identidade de todos seria mantida em sigilo. Outros disseram que contribuiriam, mas sempre alegavam falta de tempo e alguns, realmente, não tinham tempo. Mesmo assim, conseguiu-se entrevistar alguns desses profissionais e, mesmo sendo em número menor, as contribuições daqueles dispostos a fornecer a entrevista foram bem completas, atendendo ao objetivo proposto pela pesquisa (Diário de campo, 22 de agosto, 2024).

As entrevistas foram gravadas utilizando-se um gravador de voz adquirido pela pesquisadora e autorizado pela Sejusp-MG. Essas pessoas foram ouvidas e os dados foram coletados presencialmente, mediante registros de campo e autorização dos entrevistados tendo

sido transcritos em seguida. As transcrições foram realizadas pelo aplicativo *Transkriptor*, lidas e relidas em seguida, a fim de se obter uma maior familiarização com os dados coletados.

Foi utilizada a escuta de vozes distintas para preencher as lacunas existentes, principalmente para narrar fatos ocorridos com a classe marginalizada da sociedade, que é a classe que está inserida ou trabalha no sistema prisional, dando-lhes a oportunidade de expressar seus sentimentos (Gil, 2008). Trata-se de um método de estudo que permite analisar as conjunturas sociais, por meio das experiências de cada ser, compreendendo a sociedade (Minayo & Costa, 2019).

Nesta perspectiva, foram analisadas a biopolítica e sua forma de poder em relação à invisibilidade do sujeito marginalizado. A partir destes pressupostos, pretendeu-se entender a aplicação e os impasses da ressocialização do indivíduo por meio da educação, na perspectiva da escola, da segurança e da própria pessoa privada de liberdade (Foucault, 1988).

4.5 Análise e interpretação dos dados

A análise de dados se deu conforme a pesquisa de Gil (2008), compreendendo pré-análise, organização do material, exploração do material e, em seguida, codificação e caracterização das entrevistas, aliando a análise de conteúdo à análise crítica na interpretação dos dados, confrontando as falas com o que foi observado em campo, pesquisando na revisão documental e na teoria em que o estudo foi embasado. A organização do material consta nos Apêndices A e B.

A exploração do material, a análise e a caracterização das entrevistas se deram após a observação de campo e a escuta de alunas, docentes da escola e servidores da segurança pública atuantes na instituição onde a escola está inserida, aplicando-se a triangulação da posição que os atores envolvidos ocupavam, confrontando suas visões sobre o fenômeno estudado, além da observação de campo. Todos foram escolhidos conforme a disponibilidade para participar e contribuir com este estudo (Minayo & Costa, 2019).

Para a análise de dados desta pesquisa foi aplicada a análise de conteúdo aliada à análise de discurso em uma abordagem crítica. Esta escolha se deve ao fato de esta técnica de pesquisa permitir a categorização dos dados obtidos, oferecendo maior credibilidade à pesquisa e a análise crítica possibilitar o entendimento das entrevistas para além daquilo que foi dito, o não dito e sim subentendido para a compreensão do dilema entre o poder da escola e o da segurança nos objetivos educacionais. Isso porque, no interior do cárcere, podem existir pensamentos

ocultos por receio de penalidades, principalmente porque eu sou diretora da escola estudada (de Oliveira et al., 2022).

Além disso, durante a análise das entrevistas, foi adotada uma postura reflexiva e crítica, reconhecendo os próprios vieses. Diante do fato de esta pesquisa ser de natureza etnográfica, esta postura é fundamental para garantir a confiabilidade dos resultados do estudo (Santos et al., 2020).

A triangulação das fontes adotada nesta pesquisa objetivou a aquisição de um olhar sob seus diversos ângulos, comparando-se as falas dos entrevistados, além da observação de campo participativa (Minayo & Costa, 2019), buscando atingir os objetivos propostos para a realização do estudo.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, procede-se à apresentação e à análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas, bem como por meio da observação de campo. Os achados buscaram alcançar os objetivos da pesquisa, que foram analisar a ressocialização por meio da educação; identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais; identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina e analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais.

5.1 Categorias de análise

Os dados coletados via entrevista semiestruturada e análise de campo foram transcritos, tendo os sujeitos participantes sido selecionados com base no critério de acessibilidade. Como integrante da equipe escolar, e do grupo a ser pesquisado, percebi, em alguns momentos, com alguns participantes, certo receio com a existência do gravador de voz. Mas, na sequência, realizaram-se leituras flutuantes, para a visualização de possíveis inconformidades e a familiarização com as falas e as entrevistas alcançaram seus objetivos, mesmo com este obstáculo. Procede-se, então, à categorização dos dados em três categorias de análise: relação de poder, ressocialização e educação no cárcere (Tabela 4).

Tabela 4*Categorias de análise*

Pergunta de pesquisa	Objetivos	Categorias de análise	Questões	Principais autores	Respondentes
Como se dá a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais?	Identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais	Relação de poder	Como são os procedimentos de segurança em relação à escola?	Foucault (2014); Wacquant (2015); Teodoro & Lisboa (2018); Mota (2022)	Alunas
			Quais são as dificuldades do trabalho docente no interior da penitenciária?		Docentes
			Qual a relação da segurança com a educação?		Docentes; servidores da segurança pública
Como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade prisional feminina de Minas Gerais?	Identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina	Ressocialização	O que você entende como ressocialização?	Wacquant (2015); Teodoro & Lisboa (2018); Mirabete (2007); De Mayer (2006; 2013)	Alunas
			Qual o objetivo do cárcere?		Servidores da segurança pública
			Quais são as formas de ressocialização oferecidas na penitenciária?		Servidores da segurança pública
Como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade prisional feminina de Minas Gerais?	Analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade prisional feminina de Minas Gerais	Educação no cárcere	O que a escola mudou na rotina do seu dia a dia na penitenciária?	Leme (2007); Freitas (2013); Teixeira (2007); De Mayer (2006; 2013)	Alunas
			“A escola ajuda na reinserção de reclusas na sociedade.” O que você pensa sobre essa afirmativa?		Alunas; docentes
			Como você enxerga a educação no cárcere?		Docentes; servidores da segurança pública

A categoria relação de poder identifica e analisa questões biopolíticas entre as relações dos indivíduos existentes no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais e suas formas de resistência. Já a categoria ressocialização indica as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina. A categoria educação no cárcere analisa como acontece a educação na escola objeto de análise.

Não foram separados os grupos de alunos, docentes e segurança pública, na tentativa de dificultar a identificação desses indivíduos. Inclusive, cada entrevista incluiu perguntas para as

três categorias analisadas de forma conjunta. Essa junção de dados não prejudicou a pesquisa, mas, apesar desse cuidado, há a possibilidade da identificação dos grupos pela forma de falar de cada um e, principalmente, pelo linguajar utilizado.

5.2 Caracterização dos sujeitos e campo da pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados com base no critério de acessibilidade. Todos os selecionados, num total de 16, estavam, de alguma forma, inseridos na penitenciária onde se localiza a escola estudada, sendo parte do grupo de alunas, docentes ou servidores da segurança pública. Foi mantido o anonimato dos respondentes e os nomes foram substituídos por numerações, como Entrevistado 1, 2, 3 e assim por diante, evitando-se discriminar os entrevistados como alunos, docentes ou segurança, para dificultar a identificação. Essa medida não prejudicou a análise dos dados e a conclusão.

A escola pesquisada situa-se no interior de uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais. Para caracterizar a escola, foi realizada a observação de campo, descrita como ocupante de dois espaços para as aulas. Em um deles, o maior, as aulas acontecem no turno matutino e existem oito salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática com 11 computadores com jogos *off-line* e sem internet, um espaço para palestras e vídeos em funcionamento. Também existem dois banheiros para uso dos professores, localizados em uma sala que está fora de uso por insalubridade (vazamento dos banheiros dos alojamentos que ficam no andar superior e mofo) (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Desde o ano de 2019 há solicitações diversas, por parte da direção escolar e da direção da penitenciária, para obras não só nesta sala, mas também no banheiro das alunas, que tem somente um vaso sanitário em funcionamento. Na sala de artes, que se encontra também com vazamentos e mofo, havia indícios de que a reforma estava para acontecer. As salas de aula deste pavimento não têm câmera e nem visão dos policiais, e os professores ficam no mesmo espaço que suas alunas. Ainda neste espaço há o pátio, visível para os policiais penais, que ficam no andar superior. No pátio acontecem as aulas de Educação Física e alguns projetos pedagógicos que são realizados ao ar livre. Também no pátio as alunas ficam sentadas, em procedimento de segurança, esperando iniciar as aulas e ao término de cada dia letivo (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

O outro espaço tem somente uma sala de aula destinada às alunas do chamado “seguro”, que são aquelas que não podem se misturar com as demais e são seguradas pelo Estado no intuito de manter sua integridade física. Neste espaço as aulas acontecem nos turnos matutino

e vespertino, com turmas multisseriadas, que são aquelas que abrangem mais de uma série. Existe uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental funcionando pela manhã e uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental funcionando à tarde. Neste espaço ficam dois policiais penais do lado de fora da grade, com visão da sala de aula (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Nos dois espaços a entrada e a saída são gradeadas e controladas pelos policiais penais. As séries disponibilizadas em toda a escola podem ser visualizadas na Tabela 5.

Tabela 5

Turmas existentes na escola pesquisada

Turmas / modalidade	Particularidade	Quantidade de alunas
1º ao 4º períodos dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Multisseriada - Seguro	1
1º ao 4º períodos dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Multisseriada	5
1º ao 4º períodos dos anos finais do Ensino Fundamental	Multisseriada - Seguro	3
1º período dos anos finais do Ensino Fundamental	-	5
2º período dos anos finais do Ensino Fundamental	-	6
3º período dos anos finais do Ensino Fundamental	-	7
4º período dos anos finais do Ensino Fundamental	-	10
1º período do Ensino Médio	-	5
2º período do Ensino Médio	-	4
3º período do Ensino Médio	-	08
Total		53

Além dos espaços que compõem a escola já citados, existe um terceiro ao qual as alunas não têm acesso. Este espaço inclui uma sala dos professores com dois computadores, uma secretaria com dois computadores, uma copiadora e uma impressora multifuncional, uma sala da direção com um computador, uma sala da coordenação com dois computadores, uma sala de almoxarifado, uma cozinha pequena, uma lavanderia pequena, dois banheiros e o corredor com uma impressora multifuncional. Neste espaço também funciona o setor de pedagogia da penitenciária, ocupando uma sala de arquivo e uma sala de trabalho. Todo o espaço tem conexão com internet (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Para entrar na penitenciária, qualquer pessoa precisa passar pela revista. Assim, os servidores tocam a campainha, os policiais penais que trabalham na portaria abrem a porta, verificam a autorização de entrada, registram, recolhem os aparelhos eletrônicos, inclusive celulares (que ficam retidos na portaria até que o proprietário saia da penitenciária) e são revistados. Essa revista acontece em uma máquina, chamada *Body Scanner*, em que o indivíduo entra para a detecção de objetos suspeitos, como celulares, na roupa ou, até mesmo, dentro do corpo de quem terá contato com as detentas. Na ausência do *Body Scanner* (em casos em que

está em manutenção), acontece a revista visual, devendo ser preservada a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

No tópico seguinte, apresenta-se a análise dos dados coletados via entrevistas e observação de campo, por categoria vinculada ao objetivo proposto na pesquisa.

5.3 Ressocialização

Nesta categoria, buscou-se identificar as formas de ressocialização existentes na unidade prisional feminina em questão. Por meio da análise de entrevistas e da observação de campo, discorre-se sobre as subcategorias analisadas, quais sejam, objetivo do cárcere, significado de ressocialização e formas de ressocialização.

Para se analisar a ressocialização, é preciso discorrer sobre o objetivo do cárcere. De acordo com Foucault (2014), o cárcere, ao longo da história, passou de ter como objetivo as punições do corpo para a manipulação da vida do indivíduo em sociedade. De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984), o objetivo do cárcere, na atualidade, é promover a ressocialização do indivíduo, tornando-o apto a viver novamente em sociedade.

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que todos os respondentes entendiam que o objetivo do cárcere é ressocializar o indivíduo em privação de liberdade. Na tabela 6, vê-se a preocupação da retirada do sujeito do convívio social para proteger a sociedade e, neste tempo recluso, espera-se que o sujeito reaprenda a viver em sociedade.

Tabela 6

Objetivo do cárcere

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (3)
Ressocialização	Proteger a sociedade	E14; E15	2
	Ressocializar	E15; E16	2

O Entrevistado 15 reforçou a ideia da ressocialização, sem retirar a questão da punição. Vê-se que o pensamento primeiro é privar o sujeito de sua liberdade, protegendo a sociedade na perspectiva da biopolítica, para, em seguida, reintegrá-lo como sujeito apto a produzir e a conviver com a população.

Bom, imagino que o objetivo da prisão, além da ressocialização, é retirar aquela pessoa do convívio, momentaneamente, até que ele seja ressocializado. Então, o objetivo do cárcere (...) primeiro, é aplicar essa sanção, para que, no primeiro momento, você retire o causador de um dano para a sociedade do convívio e, ao retirá-lo do convívio, você insira meios para que ele possa retornar e não mais causar aquele dano (Entrevistado 15).

Da mesma forma, o Entrevistado 16 disse enxergar a ressocialização como objetivo do cárcere, mas também colocou a dificuldade de a ressocialização realmente acontecer diante dos obstáculos gerenciais do Estado, da ausência da família e, até mesmo, da falta de vontade do próprio indivíduo, se colocando como resistente às imposições sociais (Mota, 2022).

O objetivo do cárcere aqui no Brasil tem toda uma estrutura, né? Nossa ideologia com relação ao cárcere é aquela de ressocializar, só que, na prática, a gente não consegue. Na verdade, na prática, as pessoas estão sendo punidas. O índice de ressocialização é muito baixo, entendeu? O triângulo da ressocialização, ele não funciona, (por)que não depende só do Estado. Depende da vontade da pessoa também, depende do ambiente que a pessoa tem lá fora, depois que ela ganhou um alvará, o ambiente familiar dela. Então, qualquer uma dessas três perninhas ali que seja retirada, ou uma estrutura familiar, ou uma... o próprio Estado atuando, ou a vontade da pessoa, qualquer uma dessas questões que forem retiradas, a ressocialização não acontece de forma efetiva. Então, eu... acredito que o Estado brasileiro, apesar de na lei ter a parada da ressocialização, acredito que efetivamente isso não acontece. Porque não tem como ressocializar com uma estrutura estadual definindo igual a nossa. Porque é difícil você ressocializar quando tem um efetivo, nós não temos um efetivo ideal, entendeu? É bem difícil. Eu não acredito que o Estado brasileiro tenha capacidade de ressocializar do jeito que está escrito na lei (Entrevistado 16).

Quanto ao que o Entrevistado 16 citou sobre o ambiente que os ex-detentos encontram do lado de fora do cárcere, o Entrevistado 15 comentou sobre o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp). Disse que o programa existe no sistema prisional, mas que desconhece com exatidão seu funcionamento. Relatou que, a partir do momento em que a pessoa é colocada, principalmente, em livramento condicional, ela tem que ser acompanhada pelo Estado, oferecendo-lhes cursos. Mas acrescentou que não saberia falar se é suficiente da maneira como é feito.

Já na subcategoria significado de ressocialização, vê-se a ressocialização como meta do Estado ao privar as pessoas de liberdade. Conforme a tabela 7, para a maioria dos entrevistados,

ressocializar significa mudar de vida. Isso quer dizer deixar de lado a vida do crime antes do cárcere e viver de acordo com as legislações, em harmonia com a sociedade. Além disso, para dois entrevistados também significa ter a educação básica completa e saber conviver em sociedade, pois, por meio da educação pode-se conseguir um emprego melhor e saber conviver em sociedade, para as internas, é aprender a respeitar as pessoas, trabalhar e resistir aos impulsos negativos.

Tabela 7

Significado de ressocialização

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (8)
Ressocialização	Mudança de vida	E1; E2; E3; E4; E5; E6; E7	7
	Educação	E1	1
	Aprender a conviver	E8	1

Os entrevistados 2 e 7 mencionaram o quê e como seria essa mudança de vida por meio da ressocialização obtida no cárcere. Esse é o objetivo idealizado pela Lei de Execuções Penais.

Ressocializar, para mim, é uma pessoa que volta totalmente diferente para a sociedade. Poder lutar, conviver no meio da sociedade, trabalhar. Estudo já estou terminando. Cumprir os deveres que tem, também os direitos, as leis. E voltar totalmente uma pessoa diferente do que eu entrei. Eu entrei uma criminosa e saí uma ressocializada (Entrevistado 2).

A gente aprender, mudar de vida, né? Porque, às vezes, na rua, a gente teve oportunidade, mas a gente jogou fora, né? Aí, quando a gente ‘tá presa, a gente ‘tá tendo a oportunidade de procurar um caminho melhor. E é assim que eu ‘tô indo. Em busca da minha mudança (Entrevistado 7).

Mas, para que se cumpra realmente a ressocialização, é necessário criar estratégias nos presídios. A partir das entrevistas, na penitenciária pesquisada as estratégias de ressocialização ali oferecidas são diversas, como escola, trabalho, assistência de saúde, assistência social, assistência jurídica, oficinas de trabalho e trabalho externo. Este último é oferecido para aquelas pessoas que já se encontram em regime semiaberto (Entrevistado 16).

Analisando-se as respostas dadas para o significado de ressocialização, observou-se que todos os respondentes citaram a escola como meio ressocializador, como se vê-se na tabela 8. Mas, em outro questionamento, na subcategoria formas de ressocialização, dois respondentes

colocaram a escola como o maior meio ressocializador e um citou vários outros setores, mas não se lembrou da escola.

Tabela 8

Formas de ressocialização

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (3)
Ressocialização	Escola	E14; E15	2
	Assistência de saúde	E15; E16	2
	Assistência social	E16	1
	Assistência jurídica	E16	1
	Oficinas de trabalho	E16	1
	Trabalho externo	E16	1

Conforme mencionado pelo Entrevistado 16, estas estratégias, por si só, não garantem a ressocialização. Para que a pessoa realmente se torne apta a viver novamente em sociedade, depende da própria vontade do sujeito e também do ambiente que a pessoa vai encontrar com a liberdade, principalmente no que se refere ao apoio familiar.

Essas estratégias oferecidas não são vistas da mesma forma por todos os entrevistados. O entrevistado 16, por exemplo, disse enxergar inúmeras estratégias oferecidas no local, com exceção da escola, como uma forma de propiciar a ressocialização às pessoas privadas de liberdade. Já os entrevistados 14 e 15 colocaram a educação como um dos principais meios de ressocialização, excluindo dessas estratégias as oficinas de trabalhos que consideram serem formas de trabalho mecânico.

Escola, estudo, que é o que pede a lei. Tem trabalho manual, não é nenhum trabalho que contribui realmente para ressocializar o preso (Entrevistado 14).

Então. Eu penso na ressocialização como uma instituição que, a partir do momento que ela está inserida aqui dentro, ofereça meios, métodos e a inclusão em equipamentos de proteção social que aquela pessoa não teve acesso lá fora e que levou a desvirtuar esse caminho até cometer um delito... Como eu disse na primeira, o estudo é o alicerce de tudo. É a partir do estudo, que a maioria nem a oportunidade teve ou em algum momento se teve e não conseguiu concluir. Eu acho que a escola, o estudo vai partir, vai iniciar a socialização pelo estudo (Entrevistado 15).

Mas o entrevistado 15 acrescentou outros meios de ressocialização que também foram mencionados pelo Entrevistado 16, com exceção do trabalho manual oferecido por meio de oficinas, em que divergem sobre serem considerados como forma de ressocializar o indivíduo. Os dois entrevistados pensam na questão mais ampla, responsabilizando o Estado pela obtenção do conjunto de fatores que possam realmente ressocializar a pessoa privada de liberdade.

Você tem que incluí-la no equipamento de proteção social para que a sustente, para dar sustentabilidade a ela. Não adianta eu só colocar para estudar aqui, sendo que lá fora, a partir do momento que ela sair, ela não vai ter proteção alguma, ela por si só não vai conseguir se manter lá fora. Então seria um conjunto de ações, de programas que ela deveria ser incluída para que pudesse ser sanado o déficit que ela encontrou lá fora e poder retornar com pelo menos uma base. Então, a escola é a base de tudo. A inclusão, se for o caso, de uma pessoa diagnosticada com alguma dependência química, a inclusão em algum centro de tratamento, principalmente durante o período que ela estava no cárcere para já ir fazer o tratamento porque o tempo de prisão é para isso, não é um tempo só de segregação. É um tempo de cura e tratamento para todos os problemas que ela foi identificada naquela pessoa. Então, a escola, o tratamento físico, o tratamento psíquico daquela pessoa, a possibilidade de um auxílio até remuneratório, sendo uma pessoa de baixa renda, a inclusão dessa pessoa nos programas de renda que o governo tem, então são ações desse tipo, programas desse tipo, é que contribuem para a ressocialização (Entrevistado 15).

Como visto, a ressocialização oferecida no cárcere é importante. Mas, o cárcere, em si, não traz efeito. Esse modelo de prisão já é adotado há muito tempo no Brasil e o índice de reincidência ainda é alto. Os entrevistados 15 e 16 mencionaram a importância de programas sociais do governo no cárcere e no período pós-cárcere. Além disso, apesar da oferta de ressocialização acontecer, ela não alcança a todas as reclusas, pois o contingente de pessoas trabalhando no cárcere é mínimo para atender a todas as pessoas no intuito de ressocializá-las.

5.4 Educação no cárcere

Nesta categoria, buscou-se analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais. Por meio da análise de entrevistas e da observação de campo, discorre-se sobre a educação no cárcere e como ela pode ajudar as pessoas privadas de liberdade no processo de ressocialização.

A escola pesquisada funciona em dois espaços para as aulas. Em um deles, o maior, as aulas acontecem no turno matutino e tem oito salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática com onze computadores com Sistema *Linux*, com jogos *off-line* e sem internet, um espaço para palestras e vídeos em funcionamento. Também existem dois banheiros para uso dos professores, esses banheiros ficam em uma sala que está fora de uso por insalubridade (vazamento dos banheiros dos alojamentos que ficam no andar superior e mofo) (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Desde o ano de 2019 há solicitações diversas para obras não só nesta sala, mas também no banheiro das alunas que está somente com um vaso sanitário em funcionamento, na sala de artes que se encontra também com vazamentos e mofo. Há indícios que a reforma está para acontecer (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Estas salas não possuem câmera e nem visão dos policiais, os professores ficam no mesmo espaço que suas alunas. Ainda neste espaço há o pátio, este é visível aos policiais penais, que ficam no andar superior. No pátio acontecem as aulas de Educação Física e alguns projetos que acontecem ao ar livre. Também no pátio, figura 2, as alunas ficam sentadas, em procedimento, esperando iniciar as aulas e ao término de cada dia letivo (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Figura 2

Pátio



Fonte: de Vianna Vaz, 2005, p. 138

O outro espaço possui somente uma sala de aula destinada para as alunas do seguro, são alunas que não podem se misturar com as demais, daí este nome “seguro”, são IPL’s que precisam ter a integridade física assegurada pelo Estado. Neste espaço as aulas acontecem no turno matutino e vespertino com turmas multisseriadas, que são turmas que abrangem mais de uma série. Existe uma turma dos Anos Finais do Ensino Fundamental funcionando pela manhã e uma turma dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental funcionando pela tarde. Neste espaço ficam dois policiais penais ao lado de fora da grade com visão da sala. Nos dois espaços a entrada e saída é gradeada e controlada pelos policiais penais (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Quanto à administração escolar, existe um terceiro espaço sem acesso das alunas. Este espaço possui uma sala dos professores com dois computadores, uma secretaria com dois computadores, uma copiadora e uma impressora, uma sala da direção com um computador, uma sala da coordenação com dois computadores, uma sala de almoxarifado, uma cozinha pequena, uma lavanderia pequena, dois banheiros e o corredor com uma impressora multifuncional. Neste espaço também funciona o setor de pedagogia da penitenciária, ocupando uma sala de arquivo e uma sala de trabalho. Este o espaço todo possui conexão com internet (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Para entrar na penitenciária, qualquer pessoa precisa passar pela revista. Assim, os servidores tocam a campainha, os policiais penais que trabalham na portaria abrem a porta, verificam a autorização de entrada, registram, recolhem os aparelhos eletrônicos, inclusive celulares (que ficam retidos na portaria até a saída da pessoa da penitenciária) e revistam a pessoa. Essa revista acontece em uma máquina, chamada Body Scanner, em que o indivíduo entra nela para detecção de objetos suspeitos, como celulares, na roupa ou até mesmo dentro do corpo da pessoa que terá contato com o detento. Na ausência do Body Scanner (em casos em que está em manutenção), acontece a revista visual, devendo ser preservada a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada (Diário de campo, 12 de junho, 2024).

Vê-se que a escola no interior do presídio é um espaço organizado, mas com pontos de estrutura física a serem melhorados. Além disso, existem diversas peculiaridades que a tornam diferente de uma escola fora desse ambiente. O Entrevistado 16, durante a entrevista, ressaltou essas particularidades.

É um serviço insalubre, com muitas regras a se seguir com relação à vestimenta, com o que você pode falar, talvez até com relação ao currículo de vocês, o que pode ser dado ali, os livros que as presas podem ter acesso, a leitura. Acredito que tenha sua diferença ali de, das pessoas que estão tendo acesso ao ensino público do lado de fora da unidade,

seja no ensino comum ou na EJA. Tem todo um problema ali com relação à segurança dos professores que estão ali, entendeu? Que estão lidando com pessoas que já cometeram vários crimes diferentes, entendeu? Então, assim... Às vezes acontece, né?, das presas se exaltarem. Os professores não recebem nenhum tipo de adicional de insalubridade de trabalhar dentro de uma unidade dentro das unidades prisionais. Alguns direitos dos professores ficam cerceados, como, por exemplo, o direito à greve (Entrevistado 16).

Mesmo com as dificuldades relatadas pelo Entrevistado 16 e observadas nesta pesquisa, as entrevistas realizadas e a observação de campo mostraram que a escola oferece possibilidades para a pessoa privada de liberdade, mostrando-lhes um novo pensar de vida. Para as internas, a educação é uma política importante, sendo por meio da educação que o ser humano se liberta, ajudando-as, principalmente, com a aquisição de conhecimentos e proporcionando-lhes um alívio no dia a dia dentro da Penitenciária, conforme mostrado na Tabela 9 (de Maeyer, 2006; Cabral, 2019).

Tabela 9

O que a escola ajuda no dia a dia

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (8)
Educação no cárcere	Conhecimento	E2; E3; E4; E5; E6; E7; E8	7
	Alívio	E2; E3; E4; E8	4
	Animação	E2	1
	Conclusão da Educação Básica	E4	1
	Futuro	E3	1
	Alfabetização	E1	1
	Ressocialização	E8	1
	Disciplina	E5	1

Nota-se que a educação no presídio também traz às pessoas privadas de liberdade certa animação no dia a dia, por meio dos projetos realizados e das conversas com os professores. Enfim, é o lugar onde as reclusas se sentem livres por alguns instantes. Ali elas são respeitadas, tratadas como iguais, além de terem a possibilidade de serem alfabetizadas e concluírem a Educação Básica, aprenderem a ter a disciplina que é cobrada pelos professores, da mesma forma que em uma escola comum, com respeito, mas firmeza. É o lugar possível da ressocialização, de um futuro melhor. Podemos ver essas afirmações nos relatos a seguir.

A escola mudou o dia-a-dia da minha vida aqui dentro da penitenciária. Foi muitas coisas boas, porque eu não sabia nem escrever meu nome direito. Hoje em dia eu sei escrever meu nome, sei ler, sei fazer as coisas. Eu vou falar pra senhora, a escola é uma coisa muito boa na vida da gente (Entrevistado 1).

Ela me trouxe mais conhecimento, ela me trouxe mais animação porque ficar numa cela fria é muito difícil. Ficar trancada 24, 48 horas também é muito difícil. Então ela mudou muita coisa, trouxe uma luz, um alívio pra minha vida (Entrevistado 2).

A escola mudou, trouxe melhoria para mim, porque eu sou uma detenta, querendo ou não, muito indisciplinar e a escola está me ajudando muito no meu comportamento na unidade e está trazendo muito ensinamento para mim (Entrevistado 5).

Essas falas mostram exatamente o propósito da escola no interior da penitenciária. A educação neste contexto tem a função de promover a interação entre os indivíduos, facilitar a reconstrução da identidade do sujeito e capacitar o interno privado de liberdade para a ressocialização (Onofre, 2017).

Quando se perguntou se a escola ajuda na reinserção de reclusas na sociedade, viu-se que essa possibilidade foi colocada de diversas formas - tabela 10. A escola ajuda, principalmente, na socialização com os colegas e com os professores, pois é um espaço em que ficam livres e precisam aprender a conviver com os demais, seguindo regras. Outra resposta mais comentada entre as entrevistadas foi a aquisição do conhecimento, pois, por meio dele, a pessoa se qualifica para a obtenção de um emprego quando ganhar a liberdade.

Tabela 10

Escola e ressocialização

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (13)
Educação no cárcere	Socialização	E7; E8; E9; E12	4
	Conhecimento	E2; E5; E11	3
	Emprego	E1; E3	2
	Mudança de vida	E3; E5	2
	Conclusão do Ensino Médio	E4; E10	2
	Faculdade	E1	1
	Futuro	E3	1
	Tentativa da escola	E13	1

Serrado Júnior (2008) compreende que a educação nas prisões fornece conhecimentos básicos para a pessoa privada de liberdade se reintegrar à sociedade, sendo, assim, uma política pública importante para a sociedade como um todo. Dessa forma, a escola pesquisada oferece os meios necessários para que as reclusas vislumbrem uma possibilidade de um futuro melhor.

Quando se perguntou aos envolvidos no processo de ressocialização da pessoa privada de liberdade sobre como enxergam a educação no cárcere, as respostas, codificadas na tabela 11, foram diversas, mas em sua grande maioria positivas. A maioria vê a educação nesse ambiente como uma oportunidade de ressocialização do indivíduo e uma distração para que se consiga cumprir a pena.

Tabela 11

Educação no cárcere

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (8)
Educação no cárcere	Oportunidade	E10; E13	2
	Distração	E10; E11	2
	Ressocialização	E14; E15	2
	Educação	E12; E13	2
	Viável	E9	1
	Sociabilidade	E9	1
	Valor	E10	1
	Remissão	E10	1
	Comportamento	E11	1
	Insalubre	E16	1

O Entrevistado 10 citou a remissão da pena como um benefício oferecido pela educação no cárcere. Essa remissão é garantida pela Lei de Execução Penal nº 7.210/84, que assegura ao preso o acesso à educação, remindo sua pena em menos um dia a cada 12 horas de estudo, sendo até quatro horas diárias e, a redução de um terço na pena ao se concluir o Ensino Fundamental e mais um terço ao se concluir o Ensino Médio da Educação Básica (Lei de Execução Penal nº 7.210/84).

Já o Entrevistado 16 citou a insalubridade da educação no cárcere que disse ver como um trabalho difícil para os professores. Apesar de proporcionada segurança aos docentes, eles precisam conviver com pessoas que cometeram crimes, adaptar seus conteúdos e se submeter

Concordando com a teoria de Santos (2005), a ressocialização do indivíduo privado de liberdade se dá por meio da educação, explorando conceitos como dignidade, autoestima, cidadania e liberdade, dentre outros. O estudo também concorda com o que diz Rangel (2009), que relata que a educação fornece à pessoa privada de liberdade o desenvolvimento de habilidades e competências para que se capacite ao trabalho, oferecendo a esperança de um futuro melhor após o cumprimento da pena. Outro teórico que valida esta categoria analisada é Aguiar (2022), quando afirma que os docentes desempenham importante papel na ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, oferecendo-lhes apoio emocional e a construção de uma nova identidade.

5.5 Biopolítica: relação de poder existente no ambiente prisional

Pode-se dizer que esta categoria é o marco desta pesquisa, pois traz uma luz ao seu objetivo geral. Trata-se da ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica. Assim, nesta categoria, buscou-se identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional na penitenciária feminina em que este estudo foi realizado. Por meio da análise de entrevistas e da observação de campo, discorre-se sobre as subcategorias analisadas: procedimentos de segurança, trabalho docente e relação da segurança com a educação.

Na categoria de procedimentos de segurança, os entrevistados relataram que são submetidos a constrangimentos, abusos de poder e humilhações no cotidiano prisional, por parte da segurança. Também relataram que os profissionais da segurança têm diferentes posturas e que parte deles desvaloriza a escola, não trabalhando em equipe e não oferecendo o suporte necessário.

Nesse quesito, visto na tabela 12, apenas um respondente citou os procedimentos de segurança como tranquilos. Com base na observação de campo realizada, este entrevistado fez tal colocação por medo de represálias. A partir do momento que as entrevistas passavam a ser gravadas, esse entrevistado endireitava o corpo, “engolia seco” e depois respondia, pois, no dia a dia, esse mesmo entrevistado realizava diversas reclamações em relação às humilhações e aos abusos de poder a que se submetia.

Tabela 12*Procedimentos de segurança*

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (8)
Relações de Poder	Constrangimento	E2, E7, E8	3
	Abuso de poder	E2, E3, E5	3
	Humilhação	E1; E3	2
	Desvalorização da escola	E2, E3	2
	Diferentes posturas profissionais	E2, E5	2
	Tranquilo	E4, E6	2
	Resistência	E1	1

Ao analisar a resposta dada pelo Entrevistado 1, observa-se a resistência ao poder a que é submetido, a biopolítica aparecendo no agir das reclusas, não desistindo de si mesmo. Mazzocchini (2020) fala sobre as lutas das pessoas encarceradas contra as formas de subjetivação individual e social permeando o dia a dia das prisões. Wermuth e Mori (2022) completam dizendo que os sujeitos invisibilizados precisam criar uma realidade de sobrevivência, inventando uma nova forma de vida.

O procedimento de segurança em relação à escola, eles tiram, tiram a gente pra descer pra escola e tudo mais. Mas quando a gente chega no pátio e fica sentada no pátio, eles ficam xingando a gente, mandando a gente calar a boca. Tem vezes que a gente fica sentada no pátio, no sol, quentão, até queimando a... queimando a parte íntima da gente, de baixo, sabe? Queimando a gente no sol quentão. A gente não desiste porque a gente sabe que, daqui pra frente, nós vai ter uma oportunidade muito grande, porque a escola ‘tá dando a gente. Porque dá vontade de desistir? Dá. Porque a gente passa muita humilhação pela segurança pra vir pra escola (Entrevistado 1).

Na fala do Entrevistado 1, vê-se a resistência pelo simples fato de viver (Foucault, 2014; Mota, 2022). É a subjetividade dos indivíduos determinada pelos entrelaçamentos de saberes e poderes, em que resistem ao que lhes é imposto com diversas formas de sobrevivência (Mazzocchini, 2020).

Ainda no caso desta pergunta, também se observou uma diferença de postura dos profissionais de segurança. As normas legais estão colocadas para todos, a função do cárcere é ressocializadora, mas parece difícil gerir pessoas no cotidiano de uma penitenciária onde as relações de poder emergem de todos os envolvidos.

Em relação à segurança em cada instituição carcerária, também se observa o poder exercido de diferentes formas pelos grupos atuantes no local (Foucault, 1998). Esses poderes exercidos perpassam a questão da cultura organizacional de cada local, onde o trabalho dos envolvidos é diretamente influenciado pelo clima organizacional, causando efeito nas atitudes de cada indivíduo atuante no contexto e, respectivamente, no modo como acontecem as relações de poder dos sujeitos envolvidos (Santos et al., 2022).

Quando a gente desce para ir para a escola, os procedimentos são feitos duro, algumas não têm paciência (Entrevistado 2).

Tem alguns plantão que são tranquilos, mas tem alguns plantão que, querendo ou não, eles têm um abuso no poder, que questão é isso. Muita gente desanima descer pra escola. Ai, sumiu, sumiu (Entrevistado 5).

Verifica-se, com as colocações desses respondentes, que quem continua estudando resiste ao poder, buscando sua autoafirmação e a aquisição de seus benefícios previstos pela lei. São as formas de resistência de grupos na tentativa de garantir seus direitos que vão na contramão dessa manipulação social (Mazzocchini, 2020).

Já quando se analisa o trabalho dos docentes no interior dos presídios, vê-se, na tabela 13, que os professores enxergam, principalmente, limitações em seu trabalho. Mas, também o veem como complicado, com censuras e sem a segurança necessária para a tranquilidade do desenvolvimento educacional no dia a dia.

Tabela 13

Trabalho docente

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (5)
Relações de poder	Limitações	E10; E11; E12	3
	Complicado	E9	1
	Censura	E10	1
	Falta de segurança	E13	1

Os Entrevistados 10, 11 e 12 veem seu trabalho limitado pela segurança. Na escola, não é permitido, pela segurança, deixar que as alunas levem o material de estudo para os alojamentos, o que, para os respondentes, prejudica a aprendizagem. Para utilizar materiais diversificados nas aulas é necessário pedir permissão. Além disso, alguns filmes e assuntos são censurados, o que, para alguns respondentes, torna o trabalho limitado.

A gente tem limitações em diversas situações de ensino. Por exemplo, a questão de levar para as alunas um filme, fazer uma atividade diferenciada, tudo isso tem que passar pela censura e, às vezes, a gente tem aí as limitações em relação a fazer mesmo essas atividades diferenciadas (Entrevistado 10).

A maior dificuldade que... O que eu quero contar é a questão de você não ter essa coisa de deixar que o aluno saia da aula e vá sozinho tentar fazer, experimentar o que ele exercita, o que ele aprendeu na aula que foi dada e depois trazer para você a atividade. Isso a gente não tem no sistema prisional. Nós só temos tudo ali naquele momento e talvez num segundo momento. Mas ali na sala com todos os alunos e etc. E eu acho que isso faz falta (Entrevistado 11).

A dificuldade é o acesso ao material, principalmente eletrônico, a questão da informática. E também a questão de ter acesso a outros meios, no caso saídas, aí provavelmente é difícil (Entrevistado 12).

O trabalho docente no interior da penitenciária é limitado devido às particularidades do segmento da segurança. Essas particularidades já são constatadas pelo professor no ato da sua contratação, quando assina uma declaração (Anexo I - Declaração para servidor em exercício nas unidades de ensino inseridas nas unidades prisionais) de que tem perfil para trabalhar em escolas inseridas em unidades prisionais (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Já o Entrevistado 9 enxerga que o horário de trabalho fica complicado a ser seguido. Este Entrevistado diz que parte da segurança não oferece o acesso dos professores, tanto no presídio, quanto no ambiente de aula, fora dos horários determinados pela legislação educacional.

Então, assim, eu acho que a gente tem muita dificuldade não por nós professores, né? Mas por uma parte aí da segurança. Às vezes tem umas dificuldades, né? Tem uns horários que a gente tem que cumprir, que a gente quer ficar mais tempo na escola e, às vezes, é complicado porque temos que seguir ordens lá de cima. E aí fica, às vezes, o tempo pra gente poder passar o conteúdo, meio complicado (Entrevistado 9).

Na observação de campo, constatou-se que a colocação do Entrevistado 9 é real, mas que não é frequente. Também se pode perceber que, na maioria das vezes, esse transtorno de liberação de horário se dá devido a procedimentos internos de segurança que são necessários na rotina prisional e que estão garantidos pela legislação penal. Em raras situações, vê-se o descaso de alguns poucos policiais penais que se utilizam da lei, por ser uma legislação que, em algumas situações, não acompanha a prática prisional, para fazer o que desejam. Ainda

assim, estão agindo de acordo com as regras, dificultando o trabalho docente (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Mesmo com todas essas limitações do trabalho docente visando à garantia da segurança das pessoas presentes na penitenciária, o Entrevistado 13 disse se sentir inseguro ao ministrar aulas no sistema prisional. O receio deste Respondente está no fato de os policiais penais não permanecerem no espaço escolar e não terem visão das salas de aula. Esta pessoa acredita que sua segurança é feita pelas alunas que gostam da escola e valorizam o professor.

A maior dificuldade que você tem é a situação de você não ter o agente dentro da sala, na, próximo à sala, que é o caso nosso, interrompendo e, quando acontece alguma coisa, fica difícil até pra gente lidar com a situação. Porque, se não são as próprias alunas que nos salvam, dificilmente eles vão estar presentes nessa segurança. Fala-se que tem a segurança e, na verdade, é só falar (Entrevistado 13).

Na observação de campo, pôde-se presenciar em parte a veracidade da fala do Entrevistado 13. Em certa situação, uma aluna jogou uma carteira em uma docente, que conseguiu se esquivar. Essa mesma aluna pegou a caneta na mesa da professora para agredi-la. As colegas de sala a impediram, segurando-a e fazendo a escolta da professora até a saída da escola. Nesta ocasião, foi possível perceber que grande parte das alunas garante a segurança da equipe escolar (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Em outra situação observada, uma aluna assediou sexualmente uma pessoa da equipe escolar, de forma a constrangê-la. Outras alunas a advertiram, explicando que não se deve tratar ninguém da escola dessa forma, mas sim com respeito. Novamente, algumas alunas garantiram a segurança da equipe escolar (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Na categoria da relação da segurança com a educação, o marco desta pesquisa, vê-se que os relatos são diversos, mostrando exatamente a biopolítica e a resistência dos corpos. Os poderes surgem de diversas formas no meio institucional e são subentendidos e subjetivos. É interessante observar, nos dados da Tabela 14, que as categorias mais comentadas se contradizem, uma delas mostrando o importante papel da segurança e, em contrapartida, a outra falando da relação distanciada entre segurança e educação.

Tabela 14*Relação da segurança com a educação*

Categoria	Códigos analíticos	Entrevistados	Total (8)
Relações de Poder	Papel importante da segurança	E11; E12; E16	3
	Relação distanciada	E10; E15	2
	Diferentes posturas profissionais	E9	1
	Falta de segurança	E10	1
	Empecilhos para a educação	E9	1
	Sem perspectiva	E14	1
	Péssima	E14	1
	Educação como prêmio	E13	1
	Cobrança de regras	E16	1
	Cuidado com o professor	E16	1
	Caminham juntos	E12	1

Ainda nesta categoria, foram citadas as diferentes posturas dos profissionais da segurança, a falta de segurança do ambiente, os empecilhos colocados pela segurança para a educação, a falta de perspectiva de relacionamento entre segurança e educação, o péssimo relacionamento entre as duas esferas públicas, a educação oferecida como prêmio e não como direito e, em contrapartida, a cobrança de regras como forma de garantir a segurança de todos presentes no ambiente, o cuidado da segurança com os professores e que a educação e a segurança caminham juntas. Somando-se aos dois códigos comentados no parágrafo anterior, têm-se quatro códigos positivos comentados por seis entrevistados e sete negativos comentados por oito entrevistados.

Apesar de a quantidade de pontos positivos e a de negativos terem sido bem próximos, esta análise começa pelos negativos por terem sido comentados por dois entrevistados a mais. A relação distanciada entre segurança e educação foi a mais comentada entre os pontos negativos, como no trecho a seguir.

Olha, é uma relação bem distanciada, porque elas têm o posto que elas ficam, elas não acompanham os professores nas salas de aula, no pátio. Então, é uma relação bem distanciada. É claro que eles fazem o papel deles, de estarem atentos à segurança dos professores, de toda a equipe, mas não é uma relação tão próxima. Então, eu vejo que é uma relação mais deles cumprirem o papel deles do que, de fato, apoiar, ter uma relação próxima com a escola (Entrevistado 10).

Se eu for analisar pelo tipo de conduta ou o tipo de ação que a unidade, todos da unidade promovem para as pessoas que estão encarceradas iniciarem o estudo, eu acho que é uma relação até um pouco fria (...) Eu acho que é uma relação um pouco distante, diferente do que eu imagino e da importância que eu dou à instituição de ensino que deveria ter dentro da unidade prisional (Entrevistado 15).

Os entrevistados 10 e 15 disseram enxergar o distanciamento existente entre a educação e a segurança. Na observação de campo, esse código analítico da pesquisa aconteceu em parte. Notou-se que, realmente, a penitenciária prioriza o trabalho em detrimento da educação. Além disso, realmente, as internas ficam à vontade na escola, sendo a segurança do ambiente feita também pelos professores, que não têm conhecimento especializado para exercerem tal função (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Em contrapartida, a penitenciária sempre tem conhecimento de tudo que ocorre na escola. Além disso, está diariamente aberta ao diálogo para tentar resolver os problemas que surgem no dia a dia e colocar em prática os projetos oferecidos, se ajustando às normas da SEE/MG e às regras de segurança da Sejusp (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Já o Entrevistado 9 relatou que existem diferentes posturas dos servidores da segurança pública. Ele citou que alguns policiais penais cumprem o seu papel, ajudando a equipe escolar em relação à segurança do ambiente, enquanto outros, além de não colaborarem com a segurança da equipe, colocam empecilhos para que a escola não funcione.

Eu, no meu pensar, acho que, às vezes, tem seguranças e seguranças. Tem uns que ajudam muito, é muito a favor da escola, né? Mas têm alguns que dão uns empecilhos que eu não sei te dizer qual que são, mas que a gente sente que impede a escola de é..., a função de escola mesmo (Entrevistado 9).

Realmente, existem diferentes posturas entre os policiais penais. Isso independe da relação da educação com a penitenciária em geral, mas sim da índole do servidor, colocando sua resistência ao poder em prática. É a “luta entre poder e resistência” (Mota, 2022, p. 494), pois, como já dito nesta análise de dados, a legislação penal não é alinhada com as legislações educacionais e estas com as práticas das instituições escolares inseridas em unidades prisionais. Isso possibilita que cada policial penal aja da forma como lhe convém, estando, ainda assim, cumprindo seu papel e no exercício de seu direito (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Como exemplo dessa situação, pode-se citar que, pela Lei de Execuções Penais, os policiais responsáveis por cada setor devem realizar um procedimento por vez. Mas, na observação de campo, vê-se que é impossível garantir os direitos das internas e os da educação com uma atividade por vez, pois têm-se alimentação, escola, igreja, saúde e jurídico, entre

outras atividades no cotidiano prisional acontecendo diariamente e, se o policial penal não tiver a boa vontade de garantir a possibilidade da ressocialização, muitas dessas atividades não acontecem (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

O entrevistado 13 também disse enxergar a relação entre educação e segurança como algo negativo, afirmando que a possibilidade de a interna estudar está atrelada ao seu bom comportamento na unidade prisional.

Já trabalhei em outras instituições e, para algumas instituições, a educação é colocada como sendo um prêmio para o comportamento, para fazer com que o preso fique mais tranquilo e não faça nada, porque se ele não fizer, ele vai ter poder ir para a escola. Caso contrário, ele perde a escola. Então, a segurança tem que rever esse conceito, esse conceito aí (Entrevistado 13).

Na observação de campo, viu-se que a colocação do Entrevistado 13 é real, em parte. Na prática, pelo menos na unidade pesquisada, esta análise é realizada em conjunto com a escola somente em casos extremos de ameaças, seguidos de boletim de ocorrência, visando à segurança dos professores. Além disso, observou-se que, realmente, a escola tem o “poder” de acalmar a interna, oferecendo atividades diversas que ocupam a mente. Assim, este código é realizado em conjunto com a escola (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Já o Entrevistado 14 mencionou que a direção da penitenciária não visa à ressocialização e sim o trabalho mecânico, não oferecendo atividades que reformulam os pensamentos. Dessa forma, a penitenciária, na perspectiva deste Entrevistado, é contrária à Escola.

Péssima! Não tem perspectiva. A direção visa à segurança. Ela não faz nenhuma menção de ajudar na ressocialização através do trabalho e do estudo. Prioriza, até às vezes, trabalhos manuais ao invés da escola, que é o mais importante (Entrevistado 14).

Nesta perspectiva, na observação de campo, percebeu-se que, realmente, a unidade prisional prioriza o trabalho em detrimento das atividades educacionais. O trabalho, mesmo manual, é sempre mais incentivado. Muitas vezes, é incentivado o trabalho para alunas da escola, que precisam escolher entre um e outro de acordo com o horário oferecido pela penitenciária (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Vê-se que são muitos os pontos negativos da relação de poder entre a educação e a segurança. Mas, a partir deste ponto, descrevem-se os pontos positivos mencionados nas entrevistas sobre essas relações de poder, começando pelo ponto mais comentado, que é a importância do papel da segurança na educação no interior dos presídios:

Bom, pra que tenha essa educação nessas condições aí do sistema prisional, a segurança tem um papel importantíssimo pra garantir a efetividade e o próprio exercício dessa

educação nessas condições. Eu acredito que na maioria das vezes funciona, porque também nós da educação precisamos do apoio dessa segurança (Entrevistado 11).

Ambos caminhamos juntos. A questão da segurança é, exatamente, preservar, não só o patrimônio público, mas as pessoas que trabalham dentro da instituição (Entrevistado 12).

Os dois entrevistados acreditam que a segurança promove e garante a vida, instaurando a norma, tendo o poder de proteger essa vida por meio de mecanismos reguladores e coercitivos. A normalização cria um elo entre a disciplina do corpo e a regulamentação de uma multiplicidade biológica (Danner, 2017). Da mesma forma pensa o Entrevistado 16.

Com certeza, a gente tenta ajudar, na medida do possível, os professores. A gente está ali para fazer, a gente tem que permitir que isso aconteça porque é lei e realmente influencia diretamente ali na ressocialização das presas sim. Porque tem vários casos de presas que não têm formação acadêmica, entendeu? De repente vai pro presídio e consegue estudar, né? Mas... quando chega aqui na unidade, a segurança pública tem que o quê? Ajudar o professor na segurança dele, né? Tem todas as regras, a gente tem que cobrar quando acontece alguma coisa fisicamente, a gente tem que reter telefone, tem que mandar guardar a bolsa, mas, em relação à segurança, a gente tenta ajudar sempre possível. Se a presa der um problema lá, você pode ter certeza que a gente vai extrair ela imediatamente, entendeu? Vai ser feito o boletim de ocorrência e algumas medidas, talvez, dentro da unidade prisional sejam tomadas diferente das escolas públicas com pessoas menores de idade e tudo mais. Tem coisas que os professores ficam cerceados de fazer mesmo lá nas unidades fora da unidade prisional, que aqui dentro a gente toma medidas imediatas que já vão acarretar em problemas na pena delas. Então, assim, é diferente de você lidar com um adolescente lá fora ou até mesmo com a EJA lá fora. Eu acredito que tem essa questão ali, né? Se o seu aluno tiver qualquer revolta ali com o professor, a gente vai impedir que aquilo dali aconteça porque faz parte do nosso trabalho. A gente tem que cuidar da integridade física e psicológica de todas as pessoas aqui, inclusive dos professores que estão prestando serviço aqui na unidade (...). Então, apesar de ter toda uma insalubridade, dentro da unidade prisional, com relação ao próprio espaço, as pessoas com que vocês estão convivendo, tem essa questão aí também. Qualquer medida de segurança é tomada imediatamente contra a pessoa que tentou agredir você, agredir ou falar alguma coisa que lhe ofenda, que seja de forma criminosa (Entrevistado 16).

O entrevistado 16 trouxe de forma detalhada a importância da segurança na educação no interior dos presídios. Além disso, mencionou o cuidado com a segurança dos professores e a questão da cobrança de regras, as limitações de materiais e a censura como meio de garantir a segurança do ambiente. Com este relato pode-se confirmar o que dizem Souza et al. (2019) que o policial penal nem sempre é o “carrasco”. Ele tem a função de estabelecer a ordem. Por isso, na maioria das vezes, seu trabalho é confundido com crueldade e descaso.

Mas, nem todos os policiais penais trabalham da mesma forma. Em um dia de aula, uma aluna teve uma convulsão na escola no horário de aula. De acordo com o regulamento da SEE/MG e Sejusp-MG, os professores não podem encostar nessas mulheres. Assim, outra aluna socorreu a colega que passava mal e a levou para a saída da escola para atendimento médico, subindo as escadas até os policiais e as duas caíram da escada. A aluna que convulsionou foi logo chamada para atendimento médico. A outra aluna, que acabou se machucando na queda, teve que esperar por mais de uma hora para sair da escola. Neste caso, percebe-se o descaso por parte de alguns plantões de segurança (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Sob outro olhar, vê-se que a direção da penitenciária, apesar de priorizar o trabalho, mantém uma boa parceria com a escola. Em certa ocasião, realizou uma reunião com os docentes sobre a segurança e a dinâmica do dia a dia da reunião. Essa reunião foi solicitada pelos docentes por intermédio da direção da escola, demonstrando que, por parte da direção desta penitenciária, existem a atenção e o cuidado com a equipe da escola, mantendo o diálogo (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

No período de realização desta pesquisa, o estado de Minas Gerais proibiu o uso de cigarro dentro das penitenciárias. Os presídios de pequeno porte tinham até 31 de julho de 2024 para acabar com o uso do tabaco e as penitenciárias de médio e de grande porte, até 31 de agosto de 2024. A penitenciária pesquisada, sendo de médio porte, decidiu pela proibição gradativa, começando a reduzir o número de cigarros que entravam na unidade, depois proibindo a entrada e, por fim, retirando todo o material dos alojamentos.

Com a proibição do cigarro no sistema prisional, pôde-se perceber, no dia a dia, na observação de campo, que os servidores, tanto da educação quanto da segurança pública, ficaram bem apreensivos. Em contrapartida, o trabalho dos dois lados ficou mais próximo. As internas ficaram agitadas devido à abstinência. A segurança e a educação passaram a conversar o tempo todo para tentar minimizar danos (Diário de campo, 16 de agosto, 2024).

Diante da situação atual originada da retirada do tabaco, percebe-se que são necessárias limitações, para a segurança de todos ali presentes. Até mesmo a segurança das próprias

internas, pois existem aquelas que se arrependeram do delito cometido e querem se ressocializar, somente estando em abstinência, e outras que ainda buscam a desordem e ameaçam a vida.

É difícil, no dia a dia, interferir com exatidão nessas relações de poder, entre segurança e educação, e afirmar que a segurança se sobrepõe à educação, prejudicando-a. Existem as relações de poder, sim, algumas vezes no intuito de fazer as coisas funcionarem bem, visando o bom funcionamento e a garantia dos direitos de todos os lados; em outras situações, devido à resistência de servidores em relação à gestão e, ainda, em outras situações, pelo simples fato de alguns servidores não terem postura para o sistema e, ainda assim, continuarem trabalhando no interior da penitenciária (Diário de campo, 14 de agosto, 2024). É o exercício da biopolítica produzindo e reproduzindo a vida em suas relações de poder exercidas pelo sistema político, é a “luta entre poder e resistência” (Mota, 2022, p. 494).

Mesmo assim, os lados se sentem prejudicados. A educação é privada de muitas coisas, as internas são privadas de muitas coisas, a segurança precisa estar atenta a muitas coisas, mas o intuito todo é reforçar a segurança dos educadores para que as aulas fluam melhor e para que aquelas alunas que querem realmente estudar consigam alcançar sua aprendizagem, sem deixar que aquelas que querem só se beneficiar pela “certa liberdade” que a escola propicia ganhem espaço para outros fins, prejudicando toda a equipe (Diário de campo, 14 de agosto, 2024).

Com base nos dados discutidos, expõem-se, no próximo capítulo, as considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo formulam-se as considerações finais do estudo, considerando o objetivo geral e os objetivos específicos propostos, com apoio na fundamentação teórica e no percurso metodológico utilizado para a sua execução. Apresentam-se também as limitações encontradas e as sugestões para futuros estudos.

Pesquisou-se nesta dissertação como se dá a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais. Segundo Foucault (2014), a sociedade é dirigida pela biopolítica em suas relações de poder, sendo a gestão da conduta dos indivíduos em sociedade realizada por meio de uma normalização imposta.

Estudos mostram que o cárcere é uma das formas de poder exercido pelo Estado visando à ressocialização ou à punição de criminosos e a maneira como esses indivíduos resistem à manipulação de seus corpos e de suas mentes, lutando pela vida ou desistindo (Leme, 2007). Essa resistência vem das mulheres encarceradas e de todos os envolvidos no ambiente que se sentem invisibilizados, na tentativa de criar meios de sobrevivência (Wermuth & Mori, 2022; Ferreira, 2022).

O objetivo principal desta dissertação foi analisar a ressocialização através da educação permeando entre a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais. Para alcançar o objetivo proposto para este trabalho foram traçados três objetivos específicos: identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina mineira; analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais e identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais.

Adotou-se o método de coleta de dados com a realização de entrevistas e a observação de campo. Inicialmente, na forma triangulada, foi buscado o contato com professores do sistema prisional, alunas privadas de liberdade e servidores da segurança pública de uma penitenciária feminina mineira, sendo os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Além disso, foi realizada a observação participativa, em que registra-se o que se vê e se sente no ambiente em que a pesquisa está inserida, procedendo a registros em diário de campo.

No que se refere aos resultados, para o primeiro objetivo específico proposto (identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina), foi possível identificar que no cárcere existem as diversas estratégias de ressocialização, como escola,

trabalho, assistência de saúde, assistência social, assistência jurídica, oficinas de trabalho e trabalho externo. Este último é oferecido para aquelas pessoas que já se encontram em regime semiaberto.

Pode-se observar que o cárcere em si não traz efeito. Esse modelo de prisão já é adotado há muito tempo no Brasil e o índice de reincidência ainda é alto. É importante que haja participação da família na vida da IPL. Também é necessário que sejam expandidos programas sociais do governo no cárcere e no período pós-cárcere. Além disso, apesar de a oferta de ressocialização acontecer, ela não alcança a todas as reclusas, pois o contingente de pessoas trabalhando no cárcere é mínimo para atender a todas as pessoas reclusas no intuito de ressocializá-las.

No que diz respeito ao segundo objetivo proposto (analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais), a pesquisa permitiu concluir que a maioria dos entrevistados concorda com a teoria de Santos (2005) de que a ressocialização do indivíduo privado de liberdade se dá por meio da educação, explorando conceitos como dignidade, autoestima, cidadania e liberdade, dentre outros. Além de Santos (2005), os entrevistados também concordam com o que diz Rangel (2009), que relata que a educação fornece à pessoa privada de liberdade o desenvolvimento de habilidades e competências para que se capacite ao trabalho, oferecendo a esperança de um futuro melhor após o cumprimento da pena.

Outro teórico validado pelos entrevistados nesta categoria analisada é Aguiar (2022), quando afirma que os docentes desempenham importante papel na ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, oferecendo-lhes apoio emocional e a construção de uma nova identidade. Pode-se perceber que, na escola pesquisada, realmente, busca-se a ressocialização do sujeito para a vida em sociedade, pois as próprias internas se sentem livres naquele ambiente. É um ambiente onde não há algemas e não existem policiais, mas, simplesmente, professores em sala de aula junto com os alunos, em conversas sobre o trivial, sobre o cotidiano, dando conselhos e com atividades diferenciadas, lúdicas, diversas.

A escola é um ambiente onde se respeitam todas as internas. É um ambiente onde os professores não perguntam que tipo de crime cometeram. Todos simplesmente convivem com as internas privadas de liberdade como alunas mesmo, simplesmente alunas.

Em relação ao terceiro objetivo proposto (identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais) foi possível perceber que é difícil inferir com exatidão sobre essas relações de poder, entre segurança e educação, e falar que a segurança se sobrepõe à educação, prejudicando-a. Existem

as relações de poder, sim, algumas vezes no intuito de fazer as coisas funcionarem bem, visando ao bom funcionamento e à garantia dos direitos de todos os lados; em outras situações pela resistência de servidores à gestão e, ainda, em outras situações, pelo simples fato de alguns servidores não apresentarem postura para o sistema e, ainda assim, continuarem trabalhando no interior da penitenciária. É o exercício da biopolítica produzindo e reproduzindo a vida em suas relações de poder exercidas pelo sistema político. É a “luta entre poder e resistência” (Mota, 2022, p. 494).

Enfim, percebeu-se que a biopolítica acontece o tempo todo no ambiente prisional. Em relação à segurança na instituição carcerária, também se observou o poder exercido de diferentes formas pelos grupos atuantes no local (Foucault, 1998). Estes poderes perpassam a questão da cultura organizacional do local, onde o trabalho dos envolvidos é diretamente influenciado pelo clima organizacional, causando efeito nas atitudes de cada indivíduo atuante no contexto e, respectivamente, no modo como acontecem as relações de poder dos sujeitos envolvidos (Santos et al., 2022).

Considerando a possibilidade de se desenvolver uma reflexão a respeito das relações entre verdade, poder e discurso, tal como a prática de Foucault, por um lado, e a Teoria Crítica da sociedade, da Escola de Frankfurt, por outro lado, pode-se concluir que o Estado tenta racionalizar os problemas por meio das leis, mas os indivíduos reagem a essa posição resistindo, cada um à sua maneira. Existem as resistências, tanto dos educadores quanto dos policiais penais, quanto das próprias detentas. Gerir todas as pessoas ali inseridas é um desafio.

Seria importante a criação de legislações mais específicas que conversassem entre si, entre Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e prática cotidiana, que determinassem ações em conjunto, para que todos soubessem exatamente como fazer e não existissem essas formas de resistência tão explícitas dentro da prisão ou, quando houvesse resistência, houvesse uma legislação para inibi-la.

Esse é um campo a ser estudado ainda. Seria interessante um estudo da base das legislações, dos órgãos centrais da SEE/MG e Sejusp-MG, para que fosse analisado o motivo de não existirem essas legislações conjuntas. Pode-se ver que existe uma ou outra legislação em conjunto, mas não são no todo. É necessário ter um todo da legislação e não parte dela.

Em muitos momentos, a educação funciona de forma tranquila dentro do ambiente prisional, mas em outros muitos não. Tem esse poder, essa resistência dos indivíduos ali dentro, principalmente de parte dos policiais penais, que fazem com que ocorra certa revelia no dia a dia.

Não existem culpados, pois se constatou, durante a realização deste trabalho, que todos tentam oferecer o melhor. Contudo, trata-se de uma questão histórica e que leva tempo para que se modifique. Pelo menos a legislação já mudou de punição para ressocialização. Ainda falta a criação de um aparelho capaz de atender à demanda da sociedade atual.

Quando trazemos o histórico das punições no mundo, principalmente no Brasil, vemos que a evolução foi enorme. Mas, como tudo, nunca é de uma hora para a outra. Sempre qualquer mudança é gradativa e é feita aos poucos. Por mais que o sistema prisional tenha modificações, atualmente ainda continua sendo punitivo em vez de ressocializador.

A Lei de Execuções Penais alcançou um grande avanço em relação à humanização do cumprimento da pena em presídios (Lei de Execução Penal nº 7.210/84). Então, hoje, vê-se que pelo menos a legislação já mudou e algumas pessoas já mudaram. Mas, de acordo com as entrevistas, ainda é necessário mudar a mentalidade de parte da população e, até mesmo, analisar se as próprias pessoas que cometeram o crime querem se ressocializar. É preciso pensar num todo. Também é necessário que o Estado revise suas condições de oferecer a ressocialização. Tem-se que pensar lá nos primórdios da vida dessa pessoa, nas possibilidades que ela teve, no motivo de ela ter chegado ao mundo do crime. Está longe de ser o modelo ideal, mas já demos alguns passos.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1998). Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida. *Revista de Occidente*, (208), 63-76.
- Aguiar, A. F. (2022). The importance of education in the penitentiary system and its resignification in resocialization. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, 3(01).
- Ataídes, F. B., de Oliveira, G. S., & de Freitas Silva, A. A. (2021). A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(48).
- Azevedo, R. J. (2019). *Imperialismo e Neocolonialismo: uma visão eurocêntrica do Direito*. <https://jus.com.br/artigos/102263/imperialismo-e-neocolonialismo-uma-visao-eurocentrica-do-direito>
- Baldo, R., & Manzanete, C. M. (2003). Responsabilidade social corporativa. In *Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação* (Vol. 26, p. 6).
- Baratta, A. (1999). *Criminologia crítica ao Direito Penal Brasileiro* (2. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos.
- Barcelos, C. D. S., Nogueira, C. C., & Osório, A. C. D. N. (2019). The panoptismo and the speeches of teachers in a school institution of cárcere in the frontier. *Reflexão e Ação*, 27(2), 35-55. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12622>
- Barcinski, M., Cúnico, S. D., & Brasil, M. V. (2017). Significados da ressocialização para agentes penitenciárias em uma prisão feminina: entre o cuidado e o controle. *Trends in Psychology*, 25, 1257-1269.
- Behan, C. (2021). Education in Prison: A Literature Review. *UNESCO Institute for Lifelong Learning*.
- Bessil, M. H., & Merlo, Á. R. C. (2017). A prática docente de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 285-293. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121115>
- Bonamino, A. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF*, (248), 23. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 16 de set. 2024
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação.
- Covemg - Comissão da Verdade em Minas Gerais. (2023). *Penitenciária Feminina Estevão Pinto*. <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/328>. Acesso em 16 de set. 2024
- Fonseca, A., Gomes, C., Barreto, Y., & Gomes, Y. (2022). *Conselho Nacional de Justiça. Reincidência criminal no Brasil. GAPPE. file:///C:/Users/Renata%20Fantin/Downloads/Reincid%C3%Aancia%20Criminal%20no%20Brasil%20-%202022.pdf*. Acesso em 16 de set. 2024

- Cabral, P. (2019). *A EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade: as apropriações das diretrizes da UNESCO no direcionamento do trabalho de professores (as)*. Tese [Doutorado em Educação] Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis. 497 p.
- Cabral, P., Onofre, E. M. C., & Laffin, M. H. L. F. (2020). EJA and Teaching Work in Freedom Deprivation Spaces. *Educação & Realidade*, 45, e96663.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 de set. 2024
- Danner, F. (2017). O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos UFSJ*, (4).
- da Silva Sousa, E., Cavalcante Albuquerque, L., Moreno Pinho, A. P., & Silveira Fontenele, R. E. (2020). Beliefs about education in prisons: Teachers' perceptions. *Education Policy Analysis Archives*, 28.
- de Araújo, A. C. M., & Gouveia, L. B. (2016). Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. *Estação Científica*, 10 (Jul./Dez.).
- de Gracia Paiva, P. (2017). Criminalidade feminina: análises e reflexões a partir dos prontuários penitenciários e entrevistas de mulheres encarceradas no Paraná (2000-2017). *Os estudos de gênero e seus percursos*, 176.
- de Maeyer, M. (2006). Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?. *Alfabetização*, 17.
- de Maeyer, M. D. (2013). A educação na prisão não é uma mera atividade. *Educação & Realidade*, 38, 33-49. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf>. Acesso em 16 de set. 2024
- de Oliveira, C. Z., Campos, J. B., & de Oliveira, M. A. A. (2022). A análise do discurso: uma abordagem teórico-metodológica em pesquisa de formação docente. *Momento-Diálogos em Educação*, 31(03), 41-67. <https://doi.org/10.14295/momento.v31i03.14053>
- de Vianna Vaz, O. (2005). *A pedra e a lei*. [Dissertação de mestrado em Arquitetura, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/RAAO-6WNG4M>
- Dick, C. S. (2021). Ressocialização do preso: uma revisão bibliográfica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(1), 518-528. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i1.1063>
- Duarte, A. (2008). Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, 1(1), 1-16.
- Duarte, A. J. O., & Sivieri-Pereira, H. D. O. (2018a). Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI. *Educação Unisinos*, 22(4), 344-352.

- Duarte, A. J. O., & Sivieri-Pereira, H. D. O. (2018b). Docência na prisão: relação professor-aluno e identidade docente. *Educação*, 41(2), 300-312.
- Ferreira, N. D. P. (2022). Vivente e vida nua: Conceitos de Biopolítica. *Revista Direito e Práxis*, 13, 893-915. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57022>. ISSN: 2179-8966
- Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração pública*, 44, 367-383.
- Föppel, H. G. (2004). *A função da pena na visão de Roxin*. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2004.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (PE Duarte, Trad.). Leya. (Trabalho original publicado em 1975). https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro. Graal editora.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, G.C. (2013). Projeto de pesquisa aplicada: “A ressocialização do preso frente ao sistema penitenciário brasileiro”. Ibaiti.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA. https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo01_globalizacao.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Grace, C.T. (2021). Why prisoners pursue adult education and training: perceptions of prison instructors. *Journal of Vocational, Adult and Continuing Education and Training*;4(1):88-1-5.
- Granados, L., Suriá, R., Perea, C., Payá, C., Sánchez-Pujalte, L., & Aparisi, D. (2023). Effectiveness of a program for the development of socio-emotional competences in people admitted to a penitentiary center. *Frontiers in Public Health*, 10, 1116802
- Hadler, O. H., Guareschi, N. M. de F., & Galeano, G. B. (2019). A produção da delinquência e sua objetificação pela psicologia. *Athenea Digital* - 19(1): e2230 (marzo 2019) -Artículos- ISSN: 1578-8946
- Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em 16 de set. 2024
- Leme, J. A. G. (2007). *Cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da Educação nos presídios*. In: Onofre, E. M. C. (Org.). Educação Escolar entre as grades. São Carlos: UdUFSCar.
- Martins, T. P., Rodrigues, R. S., & Pinto, A. A. (2023). A função social da empresa como elemento fundamental à concretização da dignidade da pessoa humana: reflexões sobre a ressocialização do egresso do sistema penitenciário. *Misión Jurídica*, 16(25), 113-125. <https://doi.org/10.25058/1794600X.2256>

- Mazzochini, G. (2020). *Foucault em Frankfurt: Duas Ontologias do Presente: uma Comparação Entre Michel Foucault e a Teoria Crítica*. Trad.: Graziano Mazzochini e Raphael Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020.
- Miguel, L. F. (2014). Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. *Novos estudos CEBRAP*, 145-161. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100008>
- Minas Gerais (2021). *Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 8-112, 30 mar. 2021. http://www.depen.seguranca.mg.gov.br/images/2021/MAIO/Plano_27833794_PLANO_DE_EDUCACAO_de_MG_com_ajustes_07.04.pdf. Acesso em 16 de set. 2024. Acesso em 16 de set. 2024
- Minas Gerais, SEE/MG. Sistema Mineiro de Administração Escolar. <https://ssc.prodemge.gov.br/ssc-idp-frontend/>. Acesso em 16 de set. 2024
- Minayo, M. C. D. S., & Costa, A. P. (2019). Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação. In *Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação* (pp. 63-63). <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.22042019>
- Mirabete, J. F. (2017). *Execução penal*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas.
- Molina, A. P. G. (2008). Criminologia: uma introdução aos seus fundamentos teóricos. São Paulo: *Revistas dos Tribunais*. http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=itemglobal&doc_library=SEN01&doc_number=000768952. Acesso em 16 de set. 2024
- Mota, T. (2022). Biopolitics and agonistics: from Foucault to Negri and Hardt. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 63, 491-514. <https://doi.org/10.1590/0100-512X2022n15211tm>
- Nery Junior, N., & Nery, R. M. D. A. (2009). Constituição Federal comentada e legislação constitucional.
- Neves de Oliveira e Silva, N., & Fonseca-Silva, M. D. C. (2013). O Código Penal de 1830 como acontecimento discursivo e os crimes sexuais. *Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos*, 7(1), 375-384.
- Onofre, E. C. (2017). A escola na prisão: caminhos e ousadias na formação de professores. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 169-181.
- Orlowski, P., & Cottrell, M. (2019). From Colonialism to Neocolonialism:: Indigenous Learners and Saskatchewan's Education Debt. *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, 10(2).
- Pereira, LC (2012). Educação e prisão: o valor da escola para os jovens e adultos presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT. file:///C:/Users/Renata%20Fantin/Downloads/DISS_2012_Leiva%20Cust%C3%B3dio%20Pereira.pdf. Acesso em 16 de set. 2024

- Quintal, R. S., & Gomes, C. F. S. (2021). The (un) feasibility of education and work as instruments for the release of justice individuals. *Revista Eccos*, vol. 57.
- Quirino, R., de Ávila Ferreira, J., da Conceição Solano, C., & Quirino, R. (2019). As “donas da cadeia”: reflexões sobre o trabalho das agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais." *Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, (4). https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA27_ID940_08102019213847.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Rangel, H. (2009). Mapa regional latinoamericano sobre educación en prisiones. *Centre international d'études pédagogiques (CIEP)*.
- Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-692-de-29-de-dezembro-de-2021/#gallery>. Acesso em 16 de set. 2024
- Ribeiro, D. D. S. (2021). Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 255-274. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.11.a>
- Santos, A. A. M dos., Silva, J. T. M., & Dias, A. T. (2022). A influência da cultura organizacional e da cultura de inovação no desempenho de organizações do setor de logística. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, v. 6, n. 3, Belo Horizonte, dez.2022. [https://hig.unihorizontes.br:8443/index.php?journal=Hig&page=article&op=viewFile&path\[\]=142&path\[\]=159](https://hig.unihorizontes.br:8443/index.php?journal=Hig&page=article&op=viewFile&path[]=142&path[]=159). Acesso em 16 de set. 2024
- Santos, K. D. S., Ribeiro, M. C., Queiroga, D. E. U. D., Silva, I. A. P. D., & Ferreira, S. M. S. (2020). The use of multiple triangulations as a validation strategy in a qualitative study. *Ciencia & saude coletiva*, 25, 655-664.
- Santos, S. M. (2005). Ressocialização através da educação. *Direito Net*. São Paulo.
- Sarlet, I. W. (2001). *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. (2021). *Reinserção Social: no sistema Prisional Paraibano*. João Pessoa: Editora A União, 2021. 220 p.
- Serrado Junior, J. V. (2008). *A formação do professor do sistema penitenciário: a necessidade de uma educação reflexiva e restaurativa nas prisões*. FCT/UNESP, Presidente Prudente.
- Souza, E. M. D., Costa, A. D. S. M. D., & Lopes, B. C. (2019). Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. *Cadernos Ebape*. Br, 17, 362-374. <https://doi.org/10.1590/1679-395171382>
- Teixeira, C. J. P. (2007). O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e avanços. *Educação Para Jovens E Adultos Privados de Liberdade: Desafios para a Política de Reinserção Social*, 1.

- Teodoro, L. C. A., & Lisboa, R. D. A. N. (2018). Reinserção social de mulheres em situação de cárcere: lições do projeto desenvolvido na APAC de Rio Piraciacaba/MG. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 2(2), 129-145. file:///C:/Users/Renata%20Fantin/Downloads/revistassp,+9.+1035-3544-1-PB-convertido.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Termo de Cooperação Técnica nº 03/2024 - SEJUSP/NUCOE. (2024, 05 de março). Celebram a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para os fins nele especificados. SEJUSP/NUCOE.
- UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. (2018) *Introductory Handbook on The Prevention of Recidivism and the Social Reintegration of Offenders*. https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/18-02303_ebook.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Vieira, J. L. (2011). *Código de Hamurabi: Lei das XII Tábuas*. 3. ed. São Paulo: Edipro. https://5ca0e999-de9a-47e0-9b77-7e3eeab0592c.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_163b42ba610c44f0af37c7c90ea1175b.pdf. Acesso em 16 de set. 2024
- Wacquant, L. (2015). Bourdieu, Foucault e o Estado penal na era neoliberal. *Revista Transgressões*, 3(1), 5-22. <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7188>. Acesso em 16 de set. 2024
- Wermuth, M. Â. D., & Mori, E. D. (2022). Viver, em primeira pessoa: Reflexões sobre biopotência e possibilidades de resistência biopolítica. *Revista Direito e Práxis*, 13, 861-892. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49634>

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Dados de identificação

Título do Projeto: BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a segurança pública em uma penitenciária feminina mineira

Pesquisador Responsável: Renata Fantin Caetano

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ____/____/____ R.G.: _____

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa BIOPOLÍTICA: a ressocialização e a relação de poder entre a educação e a segurança pública em uma penitenciária feminina mineira de responsabilidade, do(a) pesquisador(a) Renata Fantin Caetano.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar a ressocialização através da educação permeando a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais. Para tanto, a pesquisa será realizada com alunas que se encontram privadas de liberdade, dos docentes e dos servidores da segurança pública inseridos em uma penitenciária feminina de Minas Gerais.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre a educação no sistema prisional. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.
3. A coleta de dados será realizada no interior de uma penitenciária feminina localizada em Belo Horizonte.
4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.
5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes à saúde, física ou mental, bem como à integridade dos participantes. Contudo, fui informado de que, se desejar, posso retirar, a qualquer momento, minha participação.
6. Ao participar deste trabalho contribuirei com a qualidade da oferta da educação no cárcere.

7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 20 a 30 minutos.

8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade e, se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.

12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Renata Fantin Caetano, pesquisador(a) responsável pela pesquisa, telefone: (31) 2129-9520, e-mail: renata.fantin@educacao.mg.gov.br.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do responsável por obter o consentimento

APÊNDICE B - ENTREVISTAS

Pergunta de pesquisa:	Objetivos	Categorias de análise	Questões	Principais autores	Respondentes
Como se dá a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais?	Identificar e analisar a relação de poder existente no ambiente prisional em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais	Relação de poder	Como são os procedimentos de segurança em relação à escola?	Foucault (2014); Wacquant (2015); Teodoro & Lisboa (2018); Mota (2022)	Alunas
			Quais são as dificuldades do trabalho docente no interior da penitenciária?		Docentes
			Qual a relação da segurança com a educação?		Docentes; servidores da segurança pública
Como se dá a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais?	Identificar as formas de ressocialização existentes em uma unidade prisional feminina	Ressocialização	O que você entende como ressocialização?	Wacquant (2015); Teodoro & Lisboa (2018); Mirabete (2007); De Mayer (2006; 2013)	Alunas
			Qual o objetivo do cárcere?		Servidores da segurança pública
			Quais são as formas de ressocialização oferecidas na Penitenciária?		Servidores da segurança pública
Como se dá a ressocialização por meio da educação permeando a relação de poder entre a escola e a segurança pública a partir da biopolítica em uma penitenciária feminina localizada em Minas Gerais?	Analisar como acontece a educação em uma escola inserida em uma unidade feminina prisional de Minas Gerais	Educação no cárcere	O que a escola mudou na rotina do seu dia a dia na penitenciária?	Leme (2007); Freitas (2013); Teixeira (2007); De Mayer (2006; 2013)	Alunas
			“A escola ajuda na reinserção de reclusas na sociedade.” O que você pensa sobre essa afirmativa?		Alunas; docentes
			Como você enxerga a educação no cárcere?		Docentes; servidores da segurança pública

APÊNDICE C - DEPOIMENTO DA PESQUISADORA

“You may say I'm a dreamer
 But I'm not the only one
 I hope someday you'll join us
 And the world will be as one
 Imagine no possessions
 I wonder if you can
 No need for greed or hunger
 A brotherhood of man”
 Imagine - John Lennon

Podemos viver em um mundo melhor, mas depende de todos. Vemos uma parcela grande da sociedade vivendo de forma marginal, precisando do básico e outros com muito. A meu ver, nossa sociedade está do avesso.

Pensemos nos ocupantes de cargos políticos que recebem, além do salário, auxílio isso e aquilo. Realmente merecem um bom salário pela responsabilidade que têm, mas o auxílio, penso eu, é dispensável, e eles precisam viver com o bom salário que recebem, como qualquer cidadão e os auxílios poderiam ser destinados à sociedade carente.

Por outro lado, no cárcere existem as pessoas que não querem se ressocializar, que tiveram oportunidade e não aproveitaram. Mas a maioria ali reclusa é de pessoas que não tiveram oportunidades na vida, pessoas que viveram em condições subumanas desde que nasceram.

Estas pessoas precisam do apoio que recebem no cárcere para ressocializar, mas, muito mais que isso, precisam de um apoio pós-cárcere. Precisam de mais do que o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional oferece. Precisam de uma residência e um emprego, oferecendo condições para que consigam seguir suas vidas em sociedade com dignidade, sem se esquivarem para o crime novamente. Isso só seria viável se não existisse tanto desvio de dinheiro em nosso país, se os salários fossem dignos, bons, mas sem exageros. Se os investimentos tivessem o caminho correto. É viável!

Agora voltemos ao cárcere. A pessoa que está reclusa é porque cometeu algum delito. Mas, enquanto estiver encarcerada, precisa ter dignidade para que consiga se ressocializar. É impossível ressocializar um indivíduo cometendo humilhações diárias. Este já está recluso, está pagando pelo crime. É necessário que haja atendimento educacional, atendimento de saúde, atendimento penal e de assistência social para que ele se ressocialize.

Além disso, é necessário que as pessoas que estão trabalhando no cárcere entendam o real significado da palavra ressocialização. Como reeducar socialmente alguém submetendo-o

a humilhações e maus tratos? Impossível! Para educar é necessário dar o exemplo, ensinar o respeito. Para isso, um(a) interno(a) privado(a) de liberdade precisa ser respeitado.

O fato de o criminoso estar privado da liberdade é sua pena e nada mais que isso. É preciso haver dignidade nesse cumprimento de pena para que haja crescimento interior. Não falo de “passar a mão na cabeça”, mas de saber dizer não com respeito, saber oferecer atividades que façam com que a pessoa reflita sobre si, sobre o outro e sobre vida.

Infelizmente, o que é visto no cárcere é exatamente o que traz este estudo: a biopolítica e suas resistências. Primeiramente, temos o Estado que, através de seu poder, lança novas determinações constantemente que não “dialogam” com a prática das escolas e dos presídios. Este fato é histórico, perpassando vários governos, de vários partidos. O que não dá para entender é a falta de evolução nas relações de poder, continuando sempre igual aquilo que não está bom. Isso faz com que os servidores, alunos e IPLs criem resistência, prejudicando ainda mais o funcionamento do todo.

Também é histórica a resistência do ser humano quando não se está satisfeito. Não seria melhor tentar lutar por meio do diálogo e, enquanto não se têm melhorias, proceder a adaptações nas regras, tentando realizar o que nos prontificamos a fazer da melhor forma? Mas, em vez disso, alguns cruzam seus braços e outros massacram os mais fracos.

Talvez eu seja utopista demais! Mas essa sou eu. Resolvi ser educadora para tentar mudar pelo menos um pouco o mundo em que vivemos, para tentar minimizar um pouco as injustiças da vida. E enquanto eu ainda tiver forças para continuar na educação, vou tentar sempre fazer um mundo melhor, mesmo que todos digam que sou louca.

Certa vez, um motorista de Uber me perguntou o que eu acho que é injustiça. Respondi que injustiça é a fome, o frio, uma criança ou um idoso abandonados... Ele me interrompeu me perguntando se, então, eu sou a favor do comunismo, de dar o que construí “de mão beijada” para quem não quer trabalhar. Eu disse que não era essa a questão, disse que sou a favor de todos terem as mesmas oportunidades. É isso que falta!

Se todos tivéssemos as mesmas oportunidades de alimentação, educacional, emocional e de lazer enquanto são crianças, quem sabe teríamos, no máximo, uma prisão pequena por estado, quem sabe não tivéssemos que nos preocupar tanto com o crime? O fato de uns terem um milhão de oportunidades e outros não terem o mínimo antes mesmo de abrirem os olhos é injusto.

Sigo a doutrina espírita de Allan Kardec. Esta doutrina diz muitas coisas bonitas sobre perdão, amor e caridade, mas também esclarece que esta vida é a continuação de outra existência, por isso existem tantas diferenças no mundo, tantas lágrimas. Mesmo seguindo esta

doutrina, ainda assim, acho que o mundo poderia ser diferente se não houvesse tanta ganância de alguns. Não dá para se conformar com tanta riqueza em um país como o Brasil e, ao mesmo tempo, tanta miséria.

Sim, eu sou utopista a ponto de tentar construir um mundo melhor por meio do ensino! John Lennon não é o único sonhador, eu imagino um mundo sem ganância e sem fome, “uma irmandade de homens” (John Lennon, 1971).

ANEXO I - DECLARAÇÃO PARA SERVIDOR EM EXERCÍCIO NAS UNIDADES DE ENSINO INSERIDAS NAS UNIDADES PRISIONAIS

ANEXO I DECLARAÇÃO PARA SERVIDOR EM EXERCÍCIO NAS UNIDADES DE ENSINO INSERIDAS NAS UNIDADES PRISIONAIS (CONVENCIONAIS, MÉDICO PENAS E DE DEMAIS CLASSIFICAÇÕES)

EU _____, MASP _____, DECLARO QUE POSSUO PERFIL, TENHO CONHECIMENTO DAS NORMAS DESCRITAS ABAIXO E AS CUMPRIREI PARA ATUAÇÃO NO CARGO _____ NA UNIDADE DE ENSINO ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO PINTO, INSERIDA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVÃO PINTO.

AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO NAS UNIDADES DE ENSINO INSERIDAS NAS UNIDADES PRISIONAIS, É NECESSÁRIO:

- A) CUMPRIR PLENAMENTE O REGULAMENTO E NORMAS DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL (RENP - ACESSÍVEL NO SITE: [HTTP://WWW.SEAP.MG.GOV.BR/INDEX.PHP/PUBLICACOES](http://www.seap.mg.gov.br/index.php/publicacoes));
- B) APRESENTAR-SE AO TRABALHO COM TRAJES ADEQUADOS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO; VESTIR-SE DISCRETAMENTE, SEM ACESSÓRIOS CHAMATIVOS, TAIS COMO BRINCOS GRANDES, COLARES, ANÉIS, ÓCULOS DE SOL, MAQUIAGEM CARREGADA, PERFUMES MARCANTES E ESMALTES DE CORES FORTES OU ESCURAS; USAR APENAS TÊNIS OU SAPATOS FECHADOS, CALÇAS COMPRIDAS; MANTER OS CABELOS PRESOS, PREFERENCIALMENTE EM FORMATO DE COQUE;
- C) MANTER POSTURA DISCRETA E ESTRITAMENTE PROFISSIONAL PERANTE OS PRESOS;
- D) SER PONTUAL E ASSÍDUO, CONSIDERANDO O TRANSTORNO POTENCIAL EM FUNÇÃO DA ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO;
- E) USAR O JALECO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PERMANÊNCIA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA;
- F) NO CASO DOS DOCENTES, QUE TODOS ELABOREM, JUNTAMENTE COM O ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA - EEB, UM PLANO DE TRABALHO QUE CONTEMPLE A ARTICULAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES, INCLUSIVE PARA O ATENDIMENTO DAS ESPECIFICIDADES DO SISTEMA MULTISSERIADO CONSIDERANDO AS TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, BEM COMO AS DEMAIS ALTERAÇÕES PARA O NOVO ENSINO MÉDIO CONFORME ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 4.798/2022, QUANDO FOR O CASO;
- G) A ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE O ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA - EEB E O ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL - PEDAGOGO OU OUTRO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELO NEP DA SEJUSP NA UNIDADE PRISIONAL, QUANDO HOVER, PARA A CONSTRUÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR, DISSEMINAÇÃO DAS DIRETRIZES DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS DENTRO DA ESPECIFICIDADE DA MODALIDADE, ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E/ OU RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS, POR MEIO DE UMA ATUAÇÃO MAIS ALINHADA À CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS EDUCACIONAIS E COM A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM ARTICULAÇÃO COM OS PLANOS DE TRABALHO DOS PROFESSORES.
- H) CUIDADO E RESPEITO NO TRATO COM AS PESSOAS, SUBORDINADOS, SUPERIORES E COLEGAS; PRATICAR A CORTESIA E A URBANIDADE E RESPEITAR A CAPACIDADE E AS LIMITAÇÕES INDIVIDUAIS DE COLEGAS DE TRABALHO E DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO, SEM PRECONCEITO OU DISTINÇÃO DE RAÇA, SEXO, NACIONALIDADE, COR, IDADE, RELIGIÃO, PREFERÊNCIA POLÍTICA, POSIÇÃO SOCIAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO;
- I) A FIM DE PREVENIR INTERCORRÊNCIAS REFERENTES AO TRATO INTERPESSOAL QUE ENTREM EM DESACORDO COM O DISPOSTO NA LETRA H, TER CONHECIMENTO SOBRE AS DETERMINAÇÕES DOS: DECRETO Nº 47.528/2018, ESPECIFICAMENTE NOS ARTIGOS 2º E 4º QUE DEFINEM O CONCEITO E TIPOS DE ASSÉDIO MORAL, BEM COMO AS SUAS FORMAS DE PREVENÇÃO. DECRETO Nº 48.417/2022, ESPECIFICAMENTE NOS ARTIGOS 2º, 4 E 7º QUE DEFINEM O CONCEITO DO QUE VENHA A SER CONFLITO DE INTERESSE E OS DIRECIONAMENTOS A SEREM TOMADOS MEDIANTE A IDENTIFICAÇÃO DE TAIS SITUAÇÕES.

AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO NAS UNIDADES DE ENSINO INSERIDAS NAS UNIDADES PRISIONAIS, É VEDADO:

- A) TRAJAR ROUPAS VERMELHAS, PRETAS, CAMUFLADAS OU DECOTADAS, BEM COMO SAIAS, SHORTS, VESTIDOS, BERMUDAS, CAMISETAS SEM MANGA;
- B) PORTAR OBJETOS ELETRÔNICOS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL;

- C) PORTAR CELULAR, EM QUALQUER HIPÓTESE;
- D) PRESENTEAR OU RECEBER QUAISQUER TIPOS DE OBJETOS E BILHETES;
- E) PERMANECER NOS PAVILHÕES FORA DOS HORÁRIOS DE TRABALHO SEM A DEVIDA CIÊNCIA DO PEDAGOGO (SEJUSP) E AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL;
- F) FALAR SOBRE A VIDA PARTICULAR E ASSUNTOS EXTERNOS QUE NÃO DIZEM RESPEITO ÀS ATIVIDADES EDUCACIONAIS E QUE POSSAM PÔR EM RISCO A SEGURANÇA DOS SERVIDORES E DA UNIDADE;
- G) RECEBER OU REPASSAR INFORMAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS RELATIVAS À UNIDADE PRISIONAL, AOS FUNCIONÁRIOS E AOS ESTUDANTES, INCLUSIVE RECADOS DE FAMILIARES, DE PARENTES E DE AMIGOS;
- H) TER MANIFESTAÇÕES DE AFETO, INCLUSIVE ATRAVÉS DE CONTATO FÍSICO E CONDUTA LIBIDINOSA DE QUALQUER NATUREZA;
- I) TER CONDUTA ÉTICA INAPROPRIADA QUE CONTRARIE O DISPOSTO NAS LETRAS H E I DO ITEM 3.1.

ESTOU CIENTE QUE O DESCUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES ACIMA PODERÁ ACARRETER NA DISPENSA DO SERVIDOR CONTRATADO/CONVOCADO, EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO IV DA RESOLUÇÃO SEE N°. 4.784/2022, ESPECIALMENTE COM OS INCISOS X, XI, XIII E XIV DO ART.38.

LOCAL: BELO HORIZONTE DATA: ___/___/2024 ASSINATURA:
